



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR (POLEDUC)

LÍGIA ALMEIDA DO NASCIMENTO BANDEIRA

COOPERAÇÃO EM BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)

FORTALEZA-CE

2013

LÍGIA ALMEIDA DO NASCIMENTO BANDEIRA

**COOPERAÇÃO EM BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Gestão Estratégica para Instituições de Ensino Superior.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne.

FORTALEZA-CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- B214l Bandeira, Lígia Almeida do Nascimento.
 Cooperação em bibliotecas do Instituto Federal de
 Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
 [manuscrito] / por Lígia Almeida do Nascimento
 Bandeira. – 2013.
 112 f. : il. ; 29 cm.
- Cópia de computador (*printout*).
 Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas
 Públicas e Gestão da Educação Superior) –
 Universidade Federal do Ceará.
 Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de
 Fátima Portela Cysne.
1. Cooperação em Bibliotecas. 2. IFCE. 3.
 Bibliotecas Acadêmicas. I. Título.

CDD: 021.6

LÍGIA ALMEIDA DO NASCIMENTO BANDEIRA

**COOPERAÇÃO EM BIBLIOTECAS ACADÊMICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: Gestão Estratégica para Instituições de Ensino Superior.

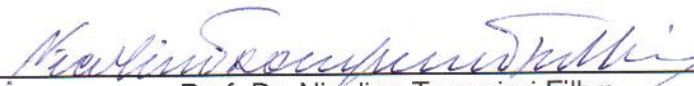
Orientadora: Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne.

Aprovada em: 02 / 08 / 2013

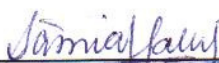
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da
Lusofania Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Nicolino Trompieri Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.ª Dra. Samia Nagib Maluf
Universidade da Integração Internacional da
Lusofania Brasileira (UNILAB)

Em memória do meu amado pai.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita soberania, nos permite planejar e realizar.

À minha orientadora, por abraçar meu projeto e me conduzir na concretização deste trabalho.

Aos professores Nicolino Trompieri e Sâmia Nagib, componentes da banca examinadora, pela participação e importantes contribuições na qualificação e defesa.

Ao professor Lucas Serafim (UFCA), meu irmão e “coorientador”, agradeço, de coração, as muitas horas de ajuda, “teimas” e ideias trocadas.

À Fernanda Alves, secretária do POLEDUC, cuja serenidade e presteza conseguem nos acalmar nos momentos mais tensos.

Aos colegas da turma, que se tornaram amigos queridos, sobretudo Dani Cirilo, Guilherme, Emília e Márlen.

Aos servidores e demais colaboradores que trabalham na biblioteca do IFCE em Juazeiro do Norte, com quem posso contar sempre. Em especial, à Jaqueline Gonçalves.

À Direção e Ex-Direção do IFCE – *Campus* de Juazeiro do Norte, pelo apoio fundamental para conclusão deste Mestrado.

Aos colegas do IFCE que, gentilmente, responderam meu questionário.

A todos os meus amigos, que sempre se alegram ou choram comigo.

Ao meu esposo, Francisco Dário, pelo apoio, sugestões, incentivo e paciência contínuos.

Por fim, minha eterna gratidão àqueles que sempre acreditaram e investiram em mim, meus pais, Maria Elenita e Luiz Serafim, especialmente meu querido “Serafa”, que tanto vibrava com as minhas conquistas, mas foi morar com Deus antes de me ver chegar a mais esta vitória, deixando imensa saudade.

“The theory of biological evolution is based on the struggle for life and the survival of the fittest. Yet cooperation is common between members of the same species and even between members of different species.”

Robert Axelrod (1980, p. 88).

RESUMO

Esta pesquisa analisa a cooperação entre bibliotecas do IFCE, como alternativa de melhoramento dos serviços de informação, na percepção de bibliotecários e diretores de ensino. Para tanto, investiga, pelo método do estudo de caso, o atual panorama de cooperação entre as bibliotecas dos *campi* Juazeiro do Norte, Crato (localizados na Região Metropolitana do Cariri) e Fortaleza. Por meio de questionários e observação participante, inquiriu-se dos bibliotecários sobre a situação das bibliotecas quanto ao uso de recursos tecnológicos, indispensáveis à cooperação, à existência de 14 serviços bibliotecários passíveis de serem desenvolvidos em cooperação e, finalmente, sobre aspectos mais amplos da cooperação, situados igualmente para os diretores de ensino. A análise e interpretação dos dados ocorreu mediante o método de interpretação dos sentidos. Como resultados, constatou-se a inexistência de cooperação formal entre as bibliotecas pesquisadas (mesmo as mais próximas), a percepção positiva dos entrevistados quanto ao melhoramento dos serviços bibliotecários pela cooperação e a disposição para possível implantação nas bibliotecas pesquisadas.

Palavras-chave: Cooperação entre bibliotecas. IFCE. Bibliotecas acadêmicas.

ABSTRACT

This research analyzes the cooperation among libraries of IFCE as an alternative for improving information services by the perception of librarians and campuses directors. Though case study method, it is shown the current panorama of cooperation among libraries located in three different cities from State of Ceará, Brazil, namely, Juazeiro do Norte, Crato and Fortaleza. In doing so, it was investigated some aspects related to library cooperation such as use of technological resources, the existence of 14 library services that could reveal cooperation actions if it is developed by the participants, and, finally, personal views about the necessity of cooperation. It is believed that the participation of campuses directors were an opportunity to understand the macro-level library cooperation in IFCE. The main findings suggest that there is no effective and formal cooperation works (even between the libraries closer by distance). On the other hand, it is realized that participants have a positive perception of the respondents about cooperation as a factor of library services quality.

Keywords: Library cooperation. IFCE. Academic libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Características das políticas de informação	33
Quadro 2 – Oito critérios para uma organização competitiva.....	42
Figura 1 – Modelo de colaboração entre Bibliotecas, Arquivos e Museus	58
Figura 2 – Mapa da Região Metropolitana do Cariri (RMC)	63
Quadro 3 – Distribuição dos <i>campi</i> do IFCE	65
Quadro 4 – Paralelo entre as bibliotecas de Juazeiro do Norte, Crato e Fortaleza (IFCE).....	69
Gráfico 1 – Informatização de recursos e serviços: existência de sistema de gerenciamento de acervo	71
Gráfico 2 – Informatização de recursos e serviços: existência de acesso remoto ..	72
Gráfico 3 – Empréstimo domiciliar compartilhado	74
Gráfico 4 – Catalogação compartilhada	76
Gráfico 5 – Catalogação na fonte.....	77
Gráfico 6 – Vocabulário controlado compartilhado.....	78
Gráfico 7 – Comutação bibliográfica	78
Gráfico 8 – Compra conjunta em licitações	80
Gráfico 9 – Treinamentos/capacitação de usuários	81
Gráfico 10 – Treinamentos/capacitação de servidores	82
Gráfico 11 – Normalização bibliográfica.....	83
Gráfico 12 – Levantamento bibliográfico	84
Gráfico 13 – Intercâmbio de publicações ou permuta	85
Gráfico 14 – Repositório institucional	86
Gráfico 15 – Boletim informativo	86
Gráfico 16 – Cooperação externa	87
Gráfico 17 – Frequência total dos serviços cooperativos nas bibliotecas pesquisadas	88
Quadro 5 – A cooperação como benefício para as bibliotecas do IFCE, na percepção dos bibliotecários	89
Quadro 6 – A cooperação como benefício para as bibliotecas do IFCE, na percepção dos diretores de ensino.....	90
Quadro 7 – Ações de cooperação planejadas em nível estratégico no IFCE,	

na visão dos bibliotecários	91
Quadro 8 – Ações de cooperação planejadas em nível estratégico no IFCE, na visão dos diretores de ensino	93
Quadro 9 – Limites para a cooperação entre bibliotecas no IFCE, na perspectiva dos bibliotecários.....	94
Quadro 10 – Limites para a cooperação entre bibliotecas no IFCE, na perspectiva dos diretores de ensino	94
Quadro 11 – Oportunidades para a cooperação entre bibliotecas no IFCE, segundo os bibliotecários	97
Quadro 12 – Oportunidades para a cooperação entre bibliotecas no IFCE, segundo os diretores de ensino.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETCE	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
E-Tec	Escola Técnica Aberta do Brasil
ETFCE	Escola Técnica Federal do Ceará
FATEC	Faculdade de Tecnologia Centec
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFLA	International Federation of Library Associations
IFs	institutos federais
LAMs	Library, Archives and Museums
ONG's	Organizações Não Governamentais
OPAC	<i>Online Public Access Catalog</i>
PAA	Plano de Ação Anual
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMC	Região Metropolitana do Cariri
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URCA	Universidade Regional do Cariri
USP	Universidade de São Paulo
UTFPr	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	15
1.2 Formulação do problema de pesquisa	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
1.4 Estrutura da dissertação	17
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMAÇÃO	19
3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAIS E GESTÃO DE BIBLIOTECAS	31
4 COOPERAÇÃO	42
4.1 Cooperação nas organizações	42
4.2 Cooperação entre bibliotecas	51
5 METODOLOGIA	59
5.1 População e campo de estudo	61
5.1.1 <i>Institucional</i>	62
5.1.1.1 <i>O Campus de Juazeiro do Norte</i>	65
5.1.1.2 <i>O Campus de Crato</i>	66
5.1.1.3 <i>O Campus de Fortaleza</i>	66
5.2 Coleta de dados: questionários	68
5.3 Análise dos dados	69
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	70
6.1 Primeiro questionamento	70
6.2 Outros questionamentos	87
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	110
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2	112

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação torna-se, na contemporaneidade, condição básica para a produção de conhecimento e desenvolvimento social. Esta realidade é potencializada pelos imperativos tecnológicos observados nas últimas décadas, especialmente após a II Guerra Mundial. Mais do que uma revolução tecnológica, compreende-se que a complexa infraestrutura das modernas tecnologias da informação e comunicação (TIC) reforça a informação como elemento essencial e insumo para as atividades humanas.

A sociedade, gestada com foco na informação e conhecimento, passa a ser percebida como grande sistema de informação em que todos, em qualquer segmento social, lidam, necessitam, produzem e usam informação. Com efeito, o campo biblioteconômico é um dos mais afetados, já que a biblioteca é um nó importante de uma rede de informação e comunicação científica, especificamente as bibliotecas das instituições de ensino superior.

Além de atuarem diretamente na formação profissional das pessoas, possuem também a responsabilidade de prepará-las para os desafios informacionais das diferentes esferas sociais da vida moderna. O exercício da cidadania depende do acesso e capacidade de lidar com o crescente volume informacional para tomadas de decisões em contextos variados.

Esta condição diferencia o grau de desenvolvimento das nações, resultante do nível educacional dos seus cidadãos. Além da universalização da educação básica e da erradicação do analfabetismo, as maiores economias do mundo priorizam a capacitação técnico-científica da população. De acordo com Chadarevian (2012), dentre as 30 economias mundiais, cresceram mais na década passada as que mais investiram em seu sistema universitário, como, por exemplo, China e Índia.

É relevante destacar o fato de que a atuação positiva dessas instituições de ensino superior correspondem à eficiência dos seus serviços de informação científica, o que valoriza cada vez mais o papel das bibliotecas universitárias/acadêmicas. Esta indissociabilidade das bibliotecas e suas instituições é percebida por Gelfand (1962 apud FIGUEIREDO, 1979, p. 14):

- a) o nível dos países depende do grau alcançado por sua educação superior;
- b) a educação superior depende da forma com a qual a universidade cumpre os seus objetivos;
- c) as universidades serão o que sejam as suas bibliotecas universitárias.

Na perspectiva de Goodluck (2012), as de teor acadêmico são das mais proeminentes modalidades de bibliotecas, responsáveis por adquirir, organizar, disseminar e estabelecer a preservação das diversas fontes de informação, provendo suporte informacional para o ensino, aprendizagem e atividades de pesquisa. Amplia-se, portanto, a sua função básica, no que se refere à coleção e preservação dos conhecimentos produzidos, de servirem como “depósito do saber”. Na inteligência de Fujita (2005), a biblioteca universitária é um “instrumento de socialização” do saber criado e comunicado na universidade e, como tal, suas funções básicas consistem tanto no armazenamento e organização do conhecimento quanto no acesso.

Na Era das tecnologias de informação e comunicação (TIC), dinamizou-se o fluxo das informações científicas, exigindo-se uma reformulação ou mesmo uma (re)afirmação das funções da biblioteca acadêmica (LANCASTER, 1994 apud MARCONDES, MENDONÇA, CARVALHO, 2006; ANDRADE et al,1998). O uso de TIC na organização, no processamento técnico de documento e informação, na preservação, busca, acesso e disseminação da informação, convidam os que compõem o campo da informação a um repensamento contínuo sobre suas teorias e práticas; por exemplo, a ampliação da perspectiva custodial dos processos de formação e desenvolvimento das coleções do acervo das bibliotecas, para a do acesso a informação e conhecimento, independentemente de local e formato. Os emergentes imperativos tecnológicos tornam possível o sonho de bibliotecários visionários que viveram o surgimento do fenômeno da “explosão informacional”, em fins do séc. XIX e início do sec. XX, pioneiros da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Outlet, Vannevar Bush, ex.), de promover o compartilhamento de recursos, produtos e serviços de informação na contextura global.

Seguindo uma lógica das redes, os processos de organização de informação tendem a se tornar eficientes, na medida em que instituições congêneres trabalham

em cooperação, sobretudo ao se considerar o crescente volume informacional produzido e adquirido pelas bibliotecas.

Goodluck (2012, p. 8-9) confirma esta asserção, argumentando ser a cooperação um fator diferenciador entre aquelas bibliotecas que “continuam sendo um recurso para aqueles que não podem adquirir livros” e as que constituem, verdadeiramente, “um serviço coletivo de informação pelo qual todos deviam se interessar e exigir serviços à altura da instituição”. Esta é uma realidade cada vez mais comum no âmbito das bibliotecas universitárias, especialmente as públicas: sofrem com orçamentos cada vez mais escassos e uma alta demanda por serviços de informação (BURKE, 2010; GOODLUCK, 2012; MENDONÇA; SANTOS, 2007).

Este estudo de caso enfoca os trabalhos cooperativos entre bibliotecas acadêmicas, analisando-se especialmente a realidade das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia cearense.

1.1 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se por tratar de elemento estratégico, a cooperação entre serviços bibliotecários, das instituições de ensino superior. Além disso, reforça a sua relevância social na consecução de amplas políticas públicas de informação do Ceará e do Brasil. Originário no período colonial, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tinha como missão inicial a formação dos primeiros trabalhadores brasileiros (índios e escravos), os quais foram os primeiros aprendizes de ofícios.

Fundamentada numa política destinada às “classes desprovidas”, a Educação Profissional e Tecnológica assume, hoje, papel essencial para o desenvolvimento nacional, visando a atender os mais diferentes públicos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Esse segmento educacional torna-se parte importante da estrutura para que todos tenham acesso aos avanços científicos e tecnológicos, especialmente como forma de superar a dicotomia entre ensino profissional e propedêutico, reforçada na sociedade brasileira durante anos pelos aparelhos estatais, que tanto perpetuava relações sociais de subordinação, como impedia a ascensão dos trabalhadores aos melhores níveis de estudo (OTRANTO; PAMPLONA, [2008]).

Em razão da relevância da educação profissional e tecnológica para o País, torna-se imprescindível a discussão sobre sua conjuntura da almejada sociedade da informação, com atenção especial para suas bibliotecas, instrumentos fundamentais para disseminação e acesso à informação. Acredita-se que o principal contributo do desenvolvimento desta pesquisa é concernente a uma reformulação do papel das bibliotecas no IFCE, entendidas como uma rede de informação dos institutos federais (IFs) em cada Estado, requerendo que se percebam e se objetivem parcerias na busca de alcançar o principal objetivo da educação promovida por essas Instituições, que é a formação de uma cultura crítica e investigativa entre os discentes, ou ainda, possibilitando a criação de espaços do saber (mais do que de “depósitos do saber”), nos quais e para o que as bibliotecas têm papel fundamental como laboratórios informacionais de pesquisa, análises e estudos.

1.2 Formulação do problema de pesquisa

Para Laville e Dione (1999), o problema de pesquisa tem origem nas nossas experiências que, por sua vez, são uma mistura de conhecimentos e valores. Neste estudo, analisa-se o contexto da cooperação biblioteconômica no IFCE, campo em que se atua profissionalmente (2006-presente), no exercício do cargo de bibliotecária/documentalista.

Evidenciou-se como problema de pesquisa o fato de as bibliotecas do IFCE, em seus diversos *campi*, não disporem de indicadores suficientes e adequados para se comprovar e se avaliar processos cooperativos articulados em rede, imprescindíveis para o provimento de serviços de informação eficientes para o ensino, pesquisa e extensão. Assim, constitui-se como questionamento básico deste estudo: em que medida se desenvolve o trabalho cooperativo entre as bibliotecas do IFCE e como é percebido pelos bibliotecários e diretores dos *campi* como ferramenta para a oferta de melhores produtos e serviços de informação? Como questões de apoio, indaga-se: que ações de cooperação se desenvolvem entre as bibliotecas do IFCE? Quais as possibilidades e os limites para uma efetiva cooperação entre as bibliotecas do IFCE? Qual a percepção dos gestores de bibliotecas e dirigentes das instituições sobre a cooperação entre bibliotecas como modo de melhoramento da oferta de produtos e serviços de informação?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os serviços que promovem a cooperação entre as bibliotecas no IFCE, pela percepção dos bibliotecários e diretores de ensino dos *campi* de Juazeiro do Norte, Crato e Fortaleza.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar tipos de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas pesquisadas;
- b) averiguar os limites e oportunidades para ações cooperativas entre bibliotecas; e
- c) investigar a percepção dos gestores de bibliotecas e dirigentes das instituições sobre a cooperação entre bibliotecas como modo de melhoramento da oferta de produtos e serviços de informação.

1.4 Estrutura da dissertação

O capítulo inicial exprime o tema proposto, cooperação, como diferencial para revitalização das bibliotecas acadêmicas na atual sociedade da informação.

No segundo capítulo, definem-se políticas públicas e demonstra-se a necessidade de articulação entre as políticas de informação e outras políticas como fator preponderante na elaboração dos planos de desenvolvimento das nações.

O terceiro segmento expõe as políticas de informação no contexto da gestão de bibliotecas como parte de um macroplanejamento organizacional.

O quarto módulo exprime a cooperação nas organizações, analisando conceitos e tipos de cooperação. Em seguida, discorre sobre a cooperação como política para a gestão de bibliotecas na Era da informação.

O quinto capítulo traça a metodologia adotada, definindo a população, campo de estudo, instrumentos de coleta e análise de dados.

O sexto módulo traz os resultados da análise e interpretação de dados.

Nas considerações finais – sétimo capítulo – pondera-se sobre a adoção da cooperação como política de informação a ser adotada pelas bibliotecas do IFCE.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E INFORMAÇÃO

Neste segmento, com base na definição geral de políticas públicas, é expresso o que são políticas de informação, bem assim se diz da necessidade e articulação entre estas e outras políticas, especialmente educacionais, para o fortalecimento dos planos nacionais de Governo.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 954) a palavra ‘política’ originou-se do adjetivo *politikós*, que, por sua vez, vem de *pólis*, ou seja: é tudo o que se refere à cidade e, nas palavras dos autores, “consequentemente o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. O termo está relacionado a tudo o que envolve a organização da sociedade: sua divisão em classes sociais, instituições (polícia, Estado, família), valores morais, culturas, comportamentos, partidos políticos, ONG’s e outros temas.

Mencionados autores assinalam que hoje, ‘política’ designa comumente a atividade ou o conjunto de atividades cuja referência é a *pólis*, o Estado. Como ensina Abagnano (2007), todavia, muitos usos se fez da palavra política. O sentido clássico refere-se à política como a teoria do Estado (Aristóteles) e como arte ou ciência do governo (Platão). Por exemplo, enquanto Platão enfatiza na obra *A República* as qualidades do governante ideal, o rei filósofo, Aristóteles, na *Política* (em seus escritos sobre Economia), discorre diretamente no tocante a preceitos que a cidade deve seguir para seu bom funcionamento.

Com efeito, é marcante a distinção que Aristóteles faz entre *crematística* e *oikonomia*. Esta última refere-se à administração da casa e tem uma forma natural de aquisição de riqueza: há um limite para ela. Para a *crematística*, porém, não há limites de aquisição de riqueza e, por isso mesmo, esta pode constituir-se numa ameaça ao bom e ordeiro funcionamento da cidade. Como destaca Bittar (2003, p.1195), o comércio, a dedicação exclusiva aos negócios enseja um afã inesgotável pelo maior possuir, fruto do desejo de prazer pelo excesso, pela acumulação. Ou seja, a *crematística* é, em primeiro sentido, necessária e, no segundo senso, não necessária. Isto porque ela não se volta para o atendimento das necessidades reais humanas, mas sim de fins especulativos, particulares.

Há, portanto, duas formas de *crematística*: uma a do comércio de compra e venda (esta é censurada por se fazer contra a natureza, com base no dinheiro e à

expensas dos outros); outra, a administração da casa, necessária e digna de mérito, por ser natural, calcada na extração da própria natureza para sua realização.

Aristóteles eleva essa compreensão com sua perspicácia filosófica, ao observar que é desse modo natural de acumulação que se deve valer o *oikonomos* – administrador, *lato sensu* – tanto da casa (*oikos*) como da *pólis*. A política apresenta-se aqui sob a dimensão da ação. O administrador deve valer-se, conforme ressalta Bittar (2003, p. 1196), dos meios crematísticos corretos (que surgem no primeiro instante da natureza humana e, no segundo, da especulação, da intelecção) “para indicar o que deve e o que não deve ser feito para a boa administração”. E conclui: “esta envolve não a abundância usurária, mas a satisfação do necessário e o alcance da saúde” daqueles que vivem na cidade.

É evidente o fato de que, com os gregos se está diante das gêneses das políticas públicas. Malgrado as distâncias culturais entre o mundo grego e o atual, ao refletir sobre conceito e objeto das políticas públicas, pode-se ganhar muito dando importância àquele *logos* ordenador, impulso natural para o bem comum e, em seguida, dando um passo adiante pela ação inteligente, *tekne*, estabilizando por meio da linguagem o saber, o conhecimento.

Já no século XX, ao conceito de política, une-se o de “público”, do latim “*publicus*”, que significa povo. A primeira noção da palavra “público”, ainda no século XV, estava voltada para difundir a impressão. Só do século XVI em diante, adquiriu o sentido que se conhece hoje, ou seja: público é o contrário de privado. Enquanto o privado diz respeito ao que é de uma pessoa ou grupo em particular, “público” se refere ao que é de todos, universal. Nas sociedades modernas a estrutura criada para administrar o que é público chama-se Estado (RICCI, 2009).

Assim, de ambos os vocábulos nascem as expressões “política pública”, “gestão pública” ou ainda, “administração pública” que designa, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010, p. 10), “o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal”. Esta definição reforça o caráter prático das políticas públicas, que não devem ser meros recursos ideológicos.

De acordo com Souza (2006, p. 22), nos Estados Unidos, os estudos sobre políticas públicas surgem como subárea da Ciência Política e se consolidam com base na suposição de que, nas “democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”. Como instrumento dos governos para a tomada de decisão, a autora defende a ideia de que as políticas públicas são resultado da guerra fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Na Europa, são fruto dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo, produtor, por excelência, de políticas públicas.

Na perspectiva de Duarte (2009, p. 452), políticas públicas são “[...] posicionamentos governamentais relativos a assuntos de interesse público, especificamente na área de ações sociais que conduzem a procedimentos, atividades e instrumentos legais capazes de atender as necessidades da sociedade”. A definição de Guareschi et al (2004 apud GADELHA, 2009, p. 18) envolve políticas públicas como

um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais configurando um compromisso público que visa a dar conta de determinada demanda, em diversas áreas; e expressa a transformação que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Compreende-se, portanto, que políticas públicas são ações surgidas como suporte em acordos ou demandas sociais, podendo envolver vários interesses. No entendimento de Rua (1998), as demandas são aspirações e necessidades expressas, de maneira organizada ou não, que dizem respeito a amplos setores da sociedade ou a pequenos grupos. Podem ser reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, previdência social e outras; ou, ainda, demandas de controle de corrupção, de preservação ambiental, informação política, direitos de greve etc. Nas democracias, as políticas públicas podem ser planejadas, elaboradas e geridas em conjunto, entre governantes e cidadãos. Aliás, é a participação da sociedade civil que legitima toda a gestão pública.

Este ensaio acadêmico toma por base de análise as políticas públicas de informação, as quais se configuram entre as reivindicações sociais visualizadas na Constituição Federal como direito e garantia fundamental (BRASIL, 1988). O acesso à informação é a mola mestra da tão citada “sociedade da informação”, que se caracteriza por amplas e efetivas interações de informações dos diversos países, setores de atuação e empresas, proporcionadas pelos avanços das TIC.

Nesta nova conjectura das estruturas sociais, cujas bases paradigmáticas relacionam-se à informação e ao uso em larga escala das TIC, as “transformações técnicas, organizacionais e administrativas têm como fator-chave não mais os insumos baratos de energia, como na sociedade industrial, mas os insumos baratos de informação” (WERTHEIN, 2000, p. 71). Como novo modelo econômico, o fenômeno informacional, junto ao progresso das tecnologias de computadores, da microeletrônica e das telecomunicações, está ligado à expansão e à reestruturação do capitalismo desde a década de 1980 (OLIVEIRA, 1994).

De um modo mais amplo, este fenômeno fundamenta o surgimento de sociedades baseadas em informação, nas quais os aspectos básicos de democracia, relações de poder e ações governamentais refletem a maneira como a informação é produzida, processada, armazenada, disseminada e regulada. Para Dawes (2010), a ideia deste modelo de governo democrático não é nova, mas, na atualidade, se reapresenta com muito maior ênfase, desde a combinação dos esforços para reformas governamentais e a emergência das ferramentas sociais da WEB 2.0 que promovem o compartilhamento de informação, integração e opinião pública.

A informação passa a ser tratada como objeto e instrumento de políticas públicas que tanto moldam a criação, uso, expressão e disseminação informacional e do conhecimento, para todos da sociedade, como são utilizadas para tomadas de decisão sobre se e como coletar, desenvolver, disseminar, analisar e preservar informação a serviço de alguns outros princípios ou políticas, e para alcançar objetivos em áreas específicas, como, por exemplo, educação, saúde pública, ambientais e econômicas (DAWES, 2010).

Com efeito, Barreto (2003, p. 1) expressa as políticas nacionais de informação explicitamente como “um caminho do discurso político para a ação de governo”, a fim de concretizar a sociedade da informação, ligado às TIC, e menos

políticas de informação para a produção, organização, tratamento, distribuição, disponibilidade, acesso, competência e gestão de informação. Para o citado autor,

[...]o governo, nos níveis federal, estadual e municipal, tem o papel de assegurar o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação e a seus benefícios, independentemente da localização geográfica e da situação social do cidadão, garantindo níveis básicos de serviços, estimulando a interoperabilidade de tecnologias e de redes. Além disso, cabe ao governo estimular e viabilizar a participação de minorias sociais e outros segmentos marginalizados, os pequenos negócios, bem como as organizações sem fins lucrativos, de modo a que esses segmentos possam ter acesso aos benefícios que a sociedade da informação possa proporcionar. Cabe ainda estabelecer também um aparato regulador e legal, harmônico e flexível, que proteja os interesses dos cidadãos e estimule o desenvolvimento do setor privado. A sociedade civil deve zelar para que o interesse público seja resguardado, buscando organizar-se para monitorar e influenciar, sistematicamente, os poderes públicos e as organizações privadas. Finalmente, todos - cidadãos, setor privado, setor acadêmico, governo - devem participar do processo de concepção e de execução das atividades que converterão o projeto conjunto da sociedade da informação em realidade concreta (2003, p. 5).

Assim, percebe-se que no Brasil as políticas nacionais de informação sempre estiveram parcialmente integradas à política científica e tecnológica. Conforme Schwarzelmüller, Gesteira, Bulcão (2005) e Aun (2001), foi em 1950 que surgiram as primeiras políticas de informação no Brasil, focando o crescimento científico e tecnológico. Em sua análise dos “Novos cenários políticos para a informação”, González de Gómez (2002) indica que, na década de 1950, a relação entre política e informação começou a ser explicitada em termos de programas de Governo e políticas públicas, com base no Relatório Weinberg e agendas internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), quando houve uma organização do campo definicional da política de informação e o Estado passou a ser considerado agente privilegiado de sua elaboração e implantação e a ciência e tecnologia o domínio de seu exercício.

Como leciona Amaral (1991), deve-se analisar e implementar a política nacional de informação científica e tecnológica, do ponto de vista do sistema geral de informação técnico-científica, interligando às outras políticas econômica e de desenvolvimento, educacional, cultural, científica, de telecomunicações, de informática e internacional, conforme as reais necessidades da sociedade, do

Governo e do sistema produtivo, objetivando promover o progresso econômico e social.

Magnani e Pinheiro (2011) asseveram que a globalização concedeu à informação um novo significado e outro papel na economia, de modo que o campo de ação das políticas nacionais de informação está agora transpondo a ciência e a tecnologia. Foi em 1990, com o lançamento do programa estadunidense Infraestrutura Global de Informação que os estudos das políticas de informação assumiram a nova perspectiva do desenvolvimento de infraestruturas de informação, em decorrência da “preocupação com a oferta tecnológica e a propaganda ‘Sociedade da Informação’”. Este fato transformou os processos de criação, transmissão e uso da informação numa complexa “rede de relações” entre agentes e matérias, fazendo com que a noção de política de informação se voltasse, nas palavras das autoras, para a

[...] definição e posicionamento político no tratamento de qualquer questão que envolva processos e fluxos de informação na sociedade, hoje totalmente permeada pela virtualidade, uma vez que eles acarretam antagonismo entre interesses de mercado e interesses sociais. (2011, p. 596).

Marco recente para a política nacional de informação no Brasil foi a edição da Lei Federal nº12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública, sancionada em 18 de novembro de 2011, pela Presidência da República, com o objetivo de regulamentar, especialmente, o artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal. Esta representou uma medida efetiva do Brasil em direção ao reconhecimento da informação governamental como bem público e a uma gestão pública transparente, após assinar, juntamente com outros vários países, compromissos internacionais em defesa da informação como direito fundamental, como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão (BRASIL, 2011).

A implementação da citada lei é um desafio: exige investimentos em treinamento de pessoal, sistemas informatizados e instrumentos gerenciais adequados. Dotadas de uma infraestrutura de trabalho apropriada, as bibliotecas

poderiam contribuir significativamente para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação Pública, pois têm, na essência do seu ofício, a busca, tratamento, armazenamento e disseminação da informação, esteja em que suporte estiver. E mais: podem dar vida à informação, influenciando positivamente o cidadão com vistas a ensinar como se beneficiarem de fato das informações acessadas. Num país onde 30,5 milhões de pessoas são consideradas analfabetas funcionais (KLIX, 2012), não basta ter acesso à informação, mas é preciso saber filtrá-la e que uso fazer dela.

No início do ano 2000, houve uma importante iniciativa do Governo Federal para implantação de uma política de informação no Brasil. O programa Sociedade da Informação, teve como principal objetivo alavancar a sociedade da informação no País, mediante ações reunidas naquele que ficou conhecido como Livro Verde. Estas ações privilegiavam aspectos tais como “a ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico e desenvolvimento de novas aplicações”, mas o andamento do programa foi interrompido em 2003.

Inconformado com este fato, Silva (2011, p. 1) propõe um estudo prospectivo e comparativo para averiguar como estaria o Brasil caso o programa Sociedade da Informação não tivesse sofrido solução de continuidade. O próprio autor responde, todavia, como se está neste momento:

Passados 10 anos, hoje o Brasil não conta com um programa formal para a "Sociedade da Informação". As iniciativas da área, se e quando existem, não são integradas. Pelo contrário, são dispersas, duplicam esforços, não otimizam a aplicação dos recursos. O Brasil perde expressivo "terreno" na liderança e na representatividade regional no que se refere "Internet Society", passando de líder e protagonista, a mero expectador e seguidor.

De acordo com Aun (2000), a preocupação com acesso e distribuição da informação e do conhecimento na sociedade da informação levou alguns países a dirigirem seus investimentos para dois focos principais: de um lado, para o desenvolvimento de infraestrutura de telecomunicações e, de outro, para promoverem o acesso ao conhecimento ante as novas habilidades e competências que exigem uma mudança complexa no sistema educacional.

Efetivamente, Gadotti (2000) assevera que a educação se fez estratégica para o desenvolvimento, mas concorda que precisa passar por intensas transformações. O autor chama atenção para o que denomina de uma “perspectiva emancipadora da educação”, na qual tudo deve ser feito para garantir a liberdade aos excluídos. Cita ainda o documento Educação: um tesouro... (1998), segundo o qual a principal consequência da sociedade do conhecimento é a necessidade de aprendizagem ao longo da vida, com base em quatro pilares do conhecimento e da formação continuada: “aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser”. Esta perspectiva propõe uma visão global da educação, que ultrapasse a mera transmissão exacerbada de conhecimentos, mas surja como “bússola” nos mares revoltos da atual sociedade do conhecimento, cujas competências estão cada vez mais focadas em “saberes e saber-fazer evolutivos”, ao longo da vida.

Aun (2000) prossegue, ressaltando a necessidade de ampla visão por parte dos governos na elaboração de políticas de informação nacionais, a fim de evitar o aumento da distância entre países e estratos sociais. Isto não é uma tarefa simples, pois, como exprime Orna (2008), implica numa interação com um conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

Outra característica desta nova era, segundo Aun (2000), além do aumento da quantidade de informações “transmitidas, estocadas e utilizadas”, é a redução dos custos para troca e transmissão de informações por via de redes, já comprovada em países desenvolvidos. Para a autora, este é um fator preponderante na constituição de políticas de informação, pois o barateamento da tecnologia deve permitir que os orçamentos comportem maiores investimentos na elaboração de “conteúdos informacionais”.

Consoante entende Moraes (2010), uma concepção legítima de desenvolvimento considera a relevância da política de geração, distribuição e uso do conhecimento, em especial, a de educação superior e privilegia três dicotomias ou dualidades: primeiro, uma política de pesquisa científica avançada, rigorosa e contínua, e uma política de capilarização da informação e de capacitação técnico-científica, que promova a convivência e familiarização com a tecnologia e a ciência; segundo, uma visão de que o crescimento econômico não é exclusividade das ciências ‘duras’ (naturais), mas também das humanas e sociais e, por último, a

adoção de políticas de educação massiva, que valorizem tanto o conhecimento formal quanto informal.

Verificam-se, neste ponto, as nuances que condicionam semelhantemente a implementação de políticas educacionais e de desenvolvimento de bibliotecas, já vislumbradas em conjunto, há algum tempo, por autores como Pena (1960) apud Tarapanoff (1993), para quem as bibliotecas são instrumentos essenciais na condução de um país ao desenvolvimento.

Ressalte-se que o investimento em bibliotecas alarga o nicho de atuação das políticas educacionais, cujo foco primeiro é a educação formal (MARTINS, 1994; GADELHA, 2009). Consoante lembra Gadotti (2000), com as novas tecnologias, a escola deixou de ser o único espaço que possibilita à sociedade acesso ao conhecimento e formação continuada. Além das empresas e residências, o próprio espaço social se tornou educativo. Dentro dele, situamos as bibliotecas, difusoras do conhecimento por excelência, esteja disponível tanto na forma de texto quanto de imagens, sons e vídeos, tanto impressa quanto eletrônica.

Considerando-se, todavia, o domínio da escrita como um dos fatores fundamentais, que distinguem as nações desenvolvidas, a exemplo da China, Alemanha, Japão e Estados Unidos, cuja comunicação por meio da linguagem escrita evoluiu por séculos (DE FIORE, 2001), merece menção o grande serviço prestado pelas bibliotecas quanto à familiarização do público com o conhecimento escrito.

A tecnologia da informação trouxe recursos tais como os processadores de texto, *e-mail*, navegadores da *web*, *softwares* para editoração eletrônica e desenvolvimento de estudo virtual e junto com estes suportes “novas formas de ler e escrever estão surgindo: comunicação por *e-mail* em tempo real, fóruns públicos *online*, hipertextos interativos, o desenvolvimento de bancos de dados para pesquisa genética e bibliográfica etc”. (HESSE apud MÁTTAR NETO, 2003, p. 139).

As discussões de Máttar Neto (2003) despertam a atenção, especialmente, pois ressaltam que o manuseio dos recursos tecnológicos, hoje disponíveis, de maneira nenhuma dispensa o adequado domínio da linguagem escrita e falada. Pelo contrário, comprova a necessidade de conhecimento linguístico por parte do estudante e do pesquisador para a correta utilização de tais recursos. O autor faz

com que se reflita, sobre um fenômeno próprio da sociedade da informação: o surgimento de uma geração que, na aprendizagem, passa direto para o manuseio das novas tecnologias sem a intermediação da leitura escrita.

Sob tal aspecto, as bibliotecas dos institutos federais têm grandes contribuições a oferecer, por estarem presentes nos diversos do País, especialmente nas comunidades pequenas, onde muitos cidadãos não têm acesso a bens culturais, universidades, bibliotecas, teatros e outros e onde muitos sofrem com o analfabetismo e os estudantes com a falta de tradição que valorize a leitura e o estudo. Por isso, destaca-se o pensamento de De Fiore (2001) sobre a biblioteca universitária, que pode ser estendido para as bibliotecas dos institutos federais. Para o autor, as universidades são centros transmissores do saber, mediante o ensino e livros; e a biblioteca universitária nada mais é do que uma universidade em si mesma porque reúne em seus acervos obras de vários campos do conhecimento. Tem-se a palavra falada e escrita a serviço da cultura.

A formulação e implantação de políticas de informação específicas para bibliotecas decorrem do entendimento, por parte dos fazedores de políticas públicas e dos demais agentes sociais sobre as funções de uma biblioteca. Briquet de Lemos (1998) sistematiza três aspectos que caracterizam a papel de uma biblioteca: primeiro, o *aspecto cultural*, de guarda da memória coletiva dos grupos sociais e da própria humanidade; segundo, o *aspecto de serviço público* voltado para o provimento de informações e conhecimentos necessários ao exercício de atividades profissionais e de meios que proporcionem acesso ao saber e ao prazer da leitura; e, finalmente, o *aspecto da cidadania*, particularmente atribuído à biblioteca pública, que visa a levar as pessoas a terem acesso a informações que lhes permitirão exercer seus deveres e usufruir de seus direitos. Estas questões devem ser consideradas quando da implantação e organização das bibliotecas dos IF's, que precisam ser valorizadas tanto como bens culturais quanto como difusoras do saber científico.

O mesmo Briquet de Lemos (1998, p. 347) exprime ainda cinco prerequisites para se ter uma biblioteca no sentido de instituição social. São eles:

a intencionalidade política e social; o acervo e os meios para sua permanente renovação; o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários efetivos e potenciais, com necessidades de

informação conhecidas e pressupostas e por último mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Na prática, observa-se, em geral, o foco em apenas dois desses pontos, a saber: acervo e espaço físico, como se fossem somente eles os quesitos para a existência e qualidade das bibliotecas. Ressalte-se, porém, a importância de todos os itens mencionados. Sem a intencionalidade política e social, corre-se o risco de se considerar qualquer amontoado de livros uma biblioteca. Assim, as bibliotecas não podem ser criadas aleatoriamente. Maciel e Mendonça (2000) defendem a ideia que a biblioteca deve ser considerada uma organização, na maior parte das vezes, sem fins lucrativos, mas com resultados a serem alcançados e avaliados constantemente. Deve, portanto, ser gerida, administrada desde o início dos seus trabalhos. Ramos (1996) reitera a noção de que, ao se iniciar uma nova unidade ou sua revitalização, deve-se focar, antes de tudo, o planejamento de todo o trabalho a ser realizado, bem como a mobilização e controle dos recursos a serem utilizados, de modo que deverão ser traduzidos em melhores indicadores de qualidade e produtividade.

De semelhante importância é o conhecimento da comunidade usuária, para quem e em função de quem a biblioteca existe. Uma biblioteca tem no público-alvo a razão de sua existência e é para este público que deve desenvolver seus produtos e serviços de informação. No caso das bibliotecas universitárias e dos institutos federais, sua missão é dar suporte informacional a todos os usuários nas atividades de ensino pesquisa e extensão. Finalmente, o acervo e o imperativo de organização pressupõem a presença do profissional bibliotecário, sem o qual não há a intermediação do acervo organizado e atualizado com as necessidades da comunidade usuária e, por último, se chega ao espaço físico cujas características serão determinadas pelo público-alvo e serviços a serem oferecidos.

Um exemplo da visão limitada sobre o papel das bibliotecas na sociedade brasileira pode ser visto no próprio Plano Nacional de Educação – PNE, que ao mencionar a necessidade de formulação e implementação de uma política para a gestão da infraestrutura da educação básica pública refere-se apenas à criação de espaços para bibliotecas e à atualização e ampliação de seus acervos, caindo no erro há pouco mencionado de não se considerar as bibliotecas em todas as suas

dimensões (cultural, social, informacional, política). No Plano de Desenvolvimento da Educação vigente (o plano executivo, no qual devem ser detalhadas as metas para alcançar o PNE), as bibliotecas sequer são mencionadas. Por outro lado, salto importante dá a Capital cearense, ao garantir na Constituição do Município a criação e manutenção do sistema de bibliotecas públicas, como recurso de apoio à educação pública da Cidade.

Conclui-se, destacando que a explicitação de políticas nacionais de informação e a articulação destas tanto com políticas educacionais como com outras políticas públicas e com particularidades locais devem amenizar as barreiras no progresso científico e tecnológico brasileiro. O próximo capítulo explica como o estabelecimento de políticas organizacionais de informação para a gestão cooperativa das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) são fundamentais para a consolidação deste como instituição de referência na área de ciência e tecnologia, levando o País ao crescimento que a educação profissional e tecnológica pretende proporcionar.

3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAIS E GESTÃO DE BIBLIOTECAS

No ambiente organizacional, as políticas de informação colocam em prática as políticas de informação nacionais ou suprem sua ausência. Na inteligência de González de Gómez (1999, p. 9),

na ausência de políticas públicas, ganhariam importância as micro-políticas de informação, em sua maioria tácitas ou formuladas como regras operacionais que perpassam de fato ações e sistemas de informação. O "locus" da política de informação é neste caso o próprio espaço acional, múltiplo e intransparente dos diferentes setores de atividade social.

As peculiaridades das macro e micropolíticas de informação também são percebidas por Orna (2008, p. 548), para quem as políticas de informação, na Ciência da Informação, abrangem o aspecto de política nacional (generalista e ligada ao pensamento dos governos), bem como políticas organizacionais (contextualizadas e que possibilitam um efeito mais visível das políticas mais amplas), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Características das políticas de informação

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NACIONAIS	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAIS
1. O primeiro uso do termo "política de informação" em relação aos governos, remonta a atividades que começaram sob o nome de 'propaganda' na Primeira Guerra Mundial; 2. Os governos começaram a se preocupar com a idéia de "política de informação", no sentido moderno do termo, por volta do final de 1970 e início de 1980 (MOORE; STEEL, 1991; ROWLANDS, 1991); 3. Definição de política nacional de informação: é uma série de decisões tomadas por um governo nacional, que são projetadas para incentivar uma melhor infraestrutura de informações (OPPENHEIM, 1994); 4. Dois grandes modelos de política nacional de informação: "laissez faire": o Estado deixa a maior responsabilidade para o mercado; "dirigista": coloca mais ênfase sobre o papel do Estado como participante. (MOORE, 1998; OPPENHEIM, 1994); 5. Tem objetivos semelhantes em muitos países, mas os mecanismos escolhidos para alcançá-los variam; 6. Nem todos os países têm essas políticas explícitas. Em muitos, a política é não ter política formal e deixá-la para o mercado; 7. Problemas: quanto à natureza da informação, relações de poder e questão econômica da informação com orientação para o mercado ou como bem público; 8. Geralmente, não se observa nenhuma entrada de profissionais da informação na formulação de políticas de governo, que sempre são elaboradas ou possuem suas diretrizes ditadas pelos próprios políticos;	1. O termo parece datar do início de 1980 e têm recebido menos atenção do que as políticas nacionais, tanto por parte de pesquisadores quanto de profissionais; 2. Devem ser estudadas, não com relação à organização em si, mas na forma como interagem e influenciam no direcionamento das políticas públicas; 3. São aplicadas pelas organizações, as quais estão sujeitas à legislação que faz parte da política do governo; 4. Fundamentam-se nos objetivos gerais da organização e suas prioridades; definem, em geral: os objetivos do uso da informação na organização, o que "informação" significa, para que serve (em qualquer que seja o contexto do negócio) e os princípios que nortearão a gestão da informação, o emprego de recursos humanos, a tecnologia para usá-la e a atribuição de um valor a ela; 5. Benefícios: são "uma ferramenta dinâmica", que pode ser usada como a base para o desenvolvimento de uma estratégia de informação organizacional, e que pode relacionar tudo que é feito com informações para os objetivos globais da organização; permite decisões eficazes sobre alocação de recursos, promove interação, comunicação e apoio mútuo entre todas as partes da organização, e entre esta e seus clientes; fornece critérios objetivos para avaliar os resultados das atividades baseadas em informação e; dá <i>feedback</i> para o processo de desenvolvimento de políticas corporativas; 6. Políticas de informação e estratégias organizacionais são feitas para serem usadas como base para a ação e não como objetos de contemplação; 7. Um grande obstáculo é entender que cada organização tem de definir para si o que constitui informação, para que serve, à luz do que é o negócio; 8. Principais ameaças à sobrevivência das políticas de informação: mudança nas estruturas de poder no topo, especialmente a perda do patrocinador original; pressões externas, na forma de imperativos financeiros, o clima econômico geral ou condições específicas do mercado, e alterações legislativas que exigem observância - tudo agravado pela amnésia corporativa tão prevalente em nível de conselho e de gestão sênior.
O ponto de intersecção de ambas: a tarefa de colocar as políticas nacionais de informação em prática tem de ser realizadas por departamentos do governo (ministérios), na qualidade de organizações que são. O contexto da própria organização é que deve determinar o modo mais adequado de política de informação organizacional.	

Fonte: Orna (2008).

Outra perspectiva analisa as políticas de informação no contexto dos diferentes regimes de informação, que são:

o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

As políticas de informação, inseridas nos diferentes regimes de informação da contemporaneidade, consistem no “conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro-políticas”. Para Orna (2008, p.596), o conceito de “regime de informação” ou “regime global de política de informação” é útil “como forma de obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação”.

No plano macro, um regime de informação inclui:

- a) políticas internacionais;
- b) agentes estatais e não-estatais;
- c) “normas éticas e comportamentos, práticas culturais, hábitos, estruturas de conhecimento, formas organizacionais, processos decisórios individuais e do setor privado, as tecnologias, as leis formais e as regulamentações de governos oficialmente reconhecidos”, mas é menos rígido que os sistemas jurídicos;
- d) as redes, consideradas formas organizacionais de importância política;
- e) o “aumento da percepção da informação enquanto instrumento de poder”;
- f) as tecnologias da informação e da comunicação, principalmente pela internet, que possibilita mudanças na ordem estabelecida; e
- g) as “diferentes percepções do papel da informação, que pode ser vista como *commodity*, como produto final ou secundário, como propriedade privada ou bem público”. (MAGNANI; PINHEIRO, 2011).

Neste estudo, a noção de regime de informação, tanto na contextura como local, mostra-se útil para situar e analisar as relações de cooperação entre bibliotecários e demais agentes sociais, práticas e recursos que caracterizam o

cenário dos serviços biblioteconômicos do IFCE, com base na “transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação”. Segundo González de Gómez (2012), a transversalidade “se estabelece na medida em que tais relações e interações perpassam uma ou mais esferas da cultura, da economia, da educação, da comunicação, da pesquisa científica e da vida cotidiana”; já a especificidade “se constitui na medida em que o envio e a direção dessa transversalidade pertencem às configurações contemporâneas da informação, e são reconhecidas como tais (e não como sendo da esfera da saúde, do transporte ou da mídia)”.

Sob a óptica do regime de informação, a gestão das bibliotecas dos institutos federais integram seus agentes sociais, políticas, ações, artefatos e dispositivos de informação aos objetivos, natureza e finalidades da instituição. De acordo com o Estatuto vigente (2009), o Instituto Federal é

[...] uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, é **especializada na oferta de: educação profissional e tecnológica**, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica.

Os institutos federais reúnem formação acadêmica, preparação para o trabalho, bem como princípios e tecnologias a ele atinentes. Sua proposta curricular tem como alvo “uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida”. (INSTITUTO..., 2008, p. 31). O citado documento acrescenta:

Principalmente em se tratando da educação profissional e tecnológica, há uma complexidade maior, uma vez que, mais que o trabalho puramente acadêmico, acentua a exigência de formadores com domínio de conteúdos e técnicas laborais e de metodologias de aprendizagem que estejam sintonizados com a realidade concreta, o que reúne conhecimento, apropriação das tecnologias, desenvolvimento nacional, local e regional sustentável e incita os sujeitos da educação profissional para que se coloquem verdadeiramente como sujeitos da reflexão e da pesquisa, abertos ao trabalho coletivo e à ação crítica cooperativa, o que se traduz como um lidar reflexivo que realmente trabalhe a tecnociência.

Efetivamente, a elaboração do conhecimento nos institutos federais busca um aprofundamento baseado na pesquisa, que promova a superação da tradicional visão compartimentada de saberes, que separa a teoria da prática, a ciência da tecnologia.

Percebe-se aqui grande semelhança entre a função dos institutos e das universidades federais, principalmente no que tange à valorização da pesquisa como princípio norteador de suas ações. De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002, p. 163), é função da universidade:

- a criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura;
- a preparação para o exercício de atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística;
- o apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades.

A finalidade dos institutos federais, contudo, enfoca na educação profissional e tecnológica, sendo a educação superior apenas uma de suas vertentes. Dessa forma, a problemática das bibliotecas dos IF's é também mais complexa, ante a natureza da instituição e a amplidão de seu público-alvo. A começar pela classificação do tipo de bibliotecas nas quais se enquadram, não há consenso. Estas oscilam entre escolares, acadêmicas, especializadas e, ainda, públicas.

Antes de 2008, compunham a Rede Federal no Ceará as Escolas Agrotécnicas de Crato e Iguatu e os *campi* Fortaleza, Juazeiro do Norte e Cedro, do CEFETCE. Nas agrotécnicas era disponibilizada apenas formação técnica, de forma que, nesse período, acredite-se serem estas bibliotecas essencialmente escolares. O CEFETCE, porém, já ofertava cursos superiores, de modo que suas bibliotecas poderiam ser caracterizadas também como acadêmicas.

A partir de 2008, como os institutos federais passaram a integrar as escolas agrotécnicas e CEFET's numa mesma instituição, com o fim de oferecer ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de ensino, poder-se-ia então definir estas bibliotecas como acadêmicas. Deve-se considerar, entretanto, a história e as particularidades de cada acervo.

O histórico das bibliotecas dos institutos federais é marcado pela falta de planejamento e de políticas comuns que contemplem planejamento educacional e

planejamento bibliotecário. Ainda está em andamento, com muitas dificuldades burocráticas e operacionais, a implantação do sistema de bibliotecas, no qual os bibliotecários depositam a esperança para a solução de pelo menos parte dos problemas enfrentados nos diversos *campi*, como automatização dos serviços, capacitação de recursos humanos e outros.

Ao contrário do que ocorre, por exemplo, nas universidades públicas federais, as bibliotecas do IFCE ainda lutam para se consolidarem como setores essenciais dentro da instituição, pela inserção de bibliotecários no planejamento estratégico, por investimentos na infraestrutura física e em recursos humanos. As melhorias observadas em algumas destas bibliotecas são fruto de iniciativas isoladas dos *campi* e não de uma política específica para as bibliotecas.

As profundas diferenças entre os países podem ser analisadas pela forma como conduzem suas políticas de informação, especialmente as que privilegiam as bibliotecas como ferramentas básicas de promoção da educação. Como já disse Monteiro Lobato, “um país se faz com homens e com livros”. Sob tal aspecto, a afirmação de Milanesi (2002) sobre educação superior pode ser ampliada para uma perspectiva geral da educação. Para o autor, “há profundas diferenças entre instituições de ensino superior e um dos sinais é a qualidade do acervo e serviços de informação colocados à disposição do corpo docente”.

Na visão de Tarapanoff (1993), os planos nacionais de governo são exemplos comuns de um macroplanejamento que visa a estabelecer políticas, estratégias e diretrizes, tanto para uma ou várias regiões, como para um ou vários países e o planejamento bibliotecário deve compor este plano geral de desenvolvimento de um país ou região, como fazem o planejamento educacional, científico e cultural. Dessa forma, o planejamento bibliotecário é visto como parte do planejamento para o desenvolvimento. Poucos planos de desenvolvimento, todavia, fazem menção ao planejamento bibliotecário, ignorando-se a importância das bibliotecas para uma nação (AMARAL, 1995; TARAPANOFF, 1993; TARGINO, 2006). Esta última (p. 74) alerta para o fato de que:

Relembremos que se a informação é poder, econômico, social e político, a biblioteca como centro de informação, deveria ser vital ao processo desenvolvimentista do Brasil. Mas ao contrário do que ocorre em relação à escola e aos meios de comunicação, a biblioteca continua visualizada como força tão diminuta e tão fortemente comprometida com o sistema, que, a

nós, bibliotecários, resta um caminho longo e árduo, no sentido de contribuir para que a todos os brasileiros seja legado o exercício da cidadania, a participação real na vida do País, por intermédio do acesso à informação.

Tarapanoff (1993) esclarece ainda que o macroplanejamento para bibliotecas deve “apoiar-se na teoria organizacional e sistêmica e estudá-la dentro de sua realidade sócio-econômica e de seu momento histórico”. Para a autora, o primeiro passo deste macroplanejamento consiste no entendimento “da natureza da organização chamada biblioteca, unidade ou sistema informacional”. Da mesma forma, Amaral (1995) reforça a necessidade de o gestor de informação ter uma visão conceitual do negócio a ser gerenciado e da atividade da gestão, além de conhecer procedimentos, técnicas, tecnologias e ferramentas de trabalho. A autora acrescenta:

O bibliotecário do século XXI deverá conhecer o cenário onde atua a instituição mantenedora das unidades de informação sob sua responsabilidade. Desde os aspectos sócio-culturais, econômicos, políticos, tecnológicos, demográficos e legais relacionados com o meio ambiente geral em nível macro, como os relativos ao ambiente específico em que atua a instituição e o próprio ambiente interno, tudo deve ser estudado. De igual importância é o conhecimento da cultura organizacional da instituição. O envolvimento do bibliotecário com esse cenário concorrerá para a compreensão do comportamento das pessoas com as quais ele se relacionará e o ajudarão na tomada de decisão, facilitando sua atuação pró-ativa.

A competência no que tange à gestão de bibliotecas parte do entendimento de que uma das ideias-chave para explicar o fenômeno da administração reside na visão de que administrar ou gerir é levar as organizações à consecução de metas e objetivos de maneira eficiente e eficaz. A eficiência diz respeito à redução de custos, diminuição do tempo nas operações e maior produtividade, enquanto a eficácia se relaciona à consecução dos objetivos pretendidos e à obtenção de resultados desejados (DRAFT, 2010; CARAVANTES, PANNO, KLOECKNER, 2005; STONER, FREEMAN, 1999).

Na definição clássica de Administração, que remonta ao final do século XIX, o atingimento das metas organizacionais ocorre com origem no planejamento, organização, liderança e controle dos recursos organizacionais. Embora intimamente relacionadas, estas funções são precedidas pelo planejamento. Antes de se

definirem estruturas organizacionais, atividades, recursos humanos, formas de orientação e controle de pessoal, é imprescindível o estabelecimento de planos para a consecução desses objetivos.

O primeiro teórico da Administração a situar o planejamento como um dos processos da função administrativa foi Henry Fayol, para quem administrar consistia em prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Segundo Fayol, “prever” inclui uma função básica do planejamento: visualizar o futuro e traçar um programa de ação.

As pressões das organizações com vistas a manter ou cortar custos, ampliar e melhorar a qualidade de serviços e programas tornam o planejamento indispensável ao exercício da administração. Em muitas bibliotecas ou serviços de informação, entretanto, essa função não é exercida, ou não o é de forma rigorosa ou adequada. É frequente a alegação, por parte dos bibliotecários, que não têm tempo para planejar, deixando de considerar que o tempo empregado para planejar é menor e mais produtivo do que o tempo perdido com processos improvisados. O planejamento não deve ser uma prática esporádica nas unidades de informação; pelo contrário, como atividade esporádica, corre o risco de se limitar a fabricar planos com fins em si mesmos, perdendo de vista a ação (ALMEIDA, 2005; RABELO, 1988).

Nos dias atuais, as bibliotecas das universidades e instituições de ensino superior só podem funcionar, oficialmente, mediante a existência de uma biblioteca estruturada conforme as necessidades do público a que se destina. Dessa maneira, as bibliotecas devem estar preparadas não apenas para cumprir as exigências mínimas de disponibilização de acervo para atender à demanda constante na bibliografia indicada nas unidades curriculares dos diversos cursos da instituição, mas oferecer serviços de informação local e *online* para facilitar o acesso à informação.

Consoante alcança Draft (2010, p. 249), “o processo global de planejamento começa com a declaração de missão e com metas estratégicas para a organização como um todo”. De tal modo, o planejamento bibliotecário não existe independentemente do planejamento geral das instituições de ensino que abrigam as bibliotecas. No caso dos institutos federais, percebe-se a necessidade de mudanças profundas de modo a inserir as bibliotecas na sua gestão estratégica.

No IFCE, as bibliotecas encontram-se, administrativamente, no plano de coordenação, em geral, ligadas a um Departamento de Ensino ou de Administração-Financeira. No organograma geral do IFCE, vigente em setembro de 2010, as bibliotecas sequer aparecem, pois não constituem um sistema integrado, com representatividade institucional. Aparecem apenas nos organogramas dos *campi*. A consequência deste fato é a existência de bibliotecas sem identidade, nem autonomia e com possibilidades mínimas de se desenvolverem plenamente.

Tal como as universidades federais, a gestão dos institutos federais segue o modelo racional-burocrático, que, embora tenha passado por transformações desde o início do século XX, é inconsistente ante as demandas da contemporaneidade. Na perspectiva de Marcelino (2004), há muitos empecilhos para a adoção de modelos organizacionais na universidade, pois esta permanece “conservadora por excelência”, “tradicionalista, burocrática e governamental”. Outros problemas que assolam a universidade consistem na escassez de recursos financeiros e na necessidade de os gestores possuírem uma visão de longo prazo da organização, com alternativas que possam fundamentar ações permanentes.

Além de passar pelas mesmas questões há pouco mencionadas em relação às universidades, o IFCE, ao longo de sua história, foi objeto de inúmeras mudanças em sua estrutura administrativa e descontinuidades na legislação referente a ofertas de cursos, de modo que gerir uma organização como esta constitui um grande desafio. Com efeito, Pacheco (2011, p. 52) acentua que, “com os Institutos Federais, o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, ousa criar uma institucionalidade absolutamente nova e inovadora, capaz de revolucionar a educação profissional e tecnológica de nosso país”. E acrescenta:

Enfim, em relação à estrutura organizacional e de gestão, é preciso manter sempre em mente que a consolidação da identidade institucional requer uma gestão superior unificada decorrente de uma ação educativa verticalizada, da vinculação da pesquisa e das atividades de extensão a todos os níveis de ensino – e não somente a pós-graduação, como tem sido tradicionalmente aceito. Outra questão a ser considerada é o fato de a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão implicar o nivelamento hierárquico dessas dimensões.

A gestão de cada instituto e da rede que eles formam assume um caráter sistêmico que exige o reconhecimento da autonomia de cada unidade, bem como a necessidade de trabalho permanente em prol do equilíbrio estrutural entre os *campi* de um mesmo instituto e entre os institutos. Isso implica um novo modelo de gestão baseado, em essência, no respeito, no diálogo e na

construção de consensos possíveis tendo sempre como horizonte o bem da comunidade e não o enclausuramento das instituições. Entretanto, o futuro dos institutos está em aberto, dependendo de nossa ousadia, competência e compromisso político com um país soberano, democrático e justo socialmente.

Caravantes, Panno e Kloeckner (2005) sugerem duas concepções essenciais ao desenvolvimento de abordagens gerenciais e estruturas adequadas à condução das organizações rumo aos seus objetivos. A primeira é a ideia de que toda organização tem como função maior atender as necessidades de uma clientela peculiar. A segunda enfoca a organização com arrimo em oito “critérios de relevância”: objetivos claros; recursos humanos; informações precisas; políticas: estratégias; noção de futuro; noção sistêmica e estrutura (Quadro 2). Esses critérios são recursos gerenciais passíveis de adaptação pelas bibliotecas, tanto na contextura setorial, sistematizando tanto o planejamento bibliotecário (uma atividade ainda pouco comum neste tipo de organização) como institucional.

O próximo capítulo exprime a cooperação como estratégia a ser experimentada pelas organizações contemporâneas, inclusive as bibliotecas, diante das transformações da atual sociedade em rede.

Quadro 2 – Oito critérios para uma organização competitiva

Objetivos claros	- São a base para o planejamento; - Tê-los, significa definir o <i>que</i>, <i>quando</i> e <i>como</i> fazer; - Devem ser mutáveis, conforme a clientela.
Recursos humanos	- A <i>competência</i> e <i>motivação</i> dos recursos humanos são essenciais para levar a organização aos seus objetivos; - A <i>compreensão da natureza humana</i> é fundamental aos gestores e influencia diretamente na seleção das estratégias da organização. Por sua vez, a estratégia influencia o comportamento dos subordinados. (McGregor)
Informações	- Estão para a organização como o sangue para o corpo. - A comunicação traduz os objetivos em ação concreta. Centro decisório ↔ Comunicação: Ordens Informações Conselhos ↔ Partes da organização
Estratégias	- Consistem em: Planejamento da missão organizacional; Estabelecimento de objetivos; Consideração de forças internas e externas; Formulação de políticas e estratégias; Implementação de objetivos. (Steiner e Miner) - Macroestratégia: é uma teia de estratégias, subestratégias, políticas e táticas inter-relacionadas
Políticas	Retrospectivas: quando anunciam um padrão já existente, mas não formalizado; Prospectivas: quando apontam o comportamento organizacional a ser adotado. Envolvem tomada de decisão e mudança organizacional; - Explicam o que as pessoas deveriam fazer em contraste com o que estão fazendo; - Podem ser economicamente quantificáveis ou não. - São <i>intenções explícitas</i> ou <i>implícitas</i> da gerência em dirigir ações para a realização das metas da empresa; - As circunstâncias de cada organização é que determinam suas políticas.
Noção de futuro	- A medição do tempo é fundamental para o progresso econômico e tecnológico; - Os gerentes devem pensar a <i>curto, médio e longo</i> prazos; - Decisão responsável = análise do contexto histórico + ações no presente + projeção de futuro; - Tempo é fator limitativo: ✓ é inelástico; ✓ é perecível; ✓ é insubstituível.
Noção sistêmica	- Sistema: entidade conceitual ou física; - Organização: ✓ <i>sistema aberto que interage com o ambiente;</i> ✓ <i>sistema sociotécnico:</i> ▪ subsistema social: relações entre pessoas ▪ subsistema técnico: tarefas, equipamentos, ferramentas e técnicas operacionais
Estrutura	- Estrutura = divisão do trabalho + coordenação 5 mecanismos de coordenação (Mintzberg): ✓ ajustamento mútuo; ✓ supervisão direta; ✓ padronização dos processos de trabalho; ✓ padronização do produto do trabalho; ✓ padronização das habilidades do trabalho. - Organizações com tamanhos diferentes requerem estruturas diferentes (Drucker) “Existem estruturas que são simplesmente muito grandes para funcionar”.

Fonte: Adaptado de Caravantes et al, p. 221.

4 COOPERAÇÃO

4.1 Cooperação nas organizações

A teoria da cooperação na organização formal foi elaborada pelo executivo ianque Chester Barnard, em 1938, com base em sua ampla experiência em complexas organizações. Trata-se de uma aplicação pioneira dos princípios da Sociologia na Teoria Administrativa (CHIAVENATO, 2001; CARAVANTES, PANNO, KLOECKNER, 2005; FUNDAÇÃO... ca2012).

Para Barnard apud Chiavenato (2001), além da capacidade de ajustamento ao meio e equilíbrio interno diante das mudanças do ambiente, os seres humanos possuem a disposição para atuar por meio de interações com os semelhantes, influenciando-se mutuamente em suas atitudes. Ante, porém, as limitações pessoais, que podem ser de natureza biológica, física, psicológica ou social e, ainda dos limites físicos do ambiente em que cada pessoa está situada, surge a necessidade de cooperação, levando à constituição dos grupos sociais.

A interação de duas ou mais pessoas, o desejo e disposição para a cooperação e a existência de objetivos comuns são as três condições básicas, tanto para a existência e formação de um grupo social como de uma organização. Mais do que a soma das interações das pessoas que o compõem, o grupo é um sistema social que interage, tanto consciente quanto inconscientemente, em relação ao ser humano, afetando-o em suas ações. Do conceito de grupo social decorre o de organização como um sistema cooperativo racional. (FUNDAÇÃO... ca2012; CHIAVENATO, 2001).

Autores como Franco (2007) e Thiollent (2008) defendem o argumento de que os estudos sobre cooperação, embora amplos, carecem da falta de uma conceituação sistemática, pois o termo 'cooperação' é associado na literatura gerencial a vários outros, nem sempre sinônimos ou equivalentes: colaboração, coordenação, ajuda mútua, parceria, associação, aliança, participação, rede, acordo, estratégia e, ainda, é expresso como antônimo de competição ou competitividade.

Para Thiollent (2008), o conceito de cooperação implica uma "noção de senso comum: é qualquer relação entre agentes que pretendem fazer algo em comum" e possui significados conforme os diferentes contextos de uso:

- Como forma de organização entre sócios, de acordo com o cooperativismo historicamente formado a partir do século XIX (CRAIG, 1993) e, atualmente, em parte renovado sob forma de “cooperativismo popular” para comunidades e populações de baixa renda ou por meio da criação de redes de solidariedade.
- Como processo psicossocial na interação das pessoas ou dos grupos que se dispõem a cooperar, sob formas de ajuda mútua, trocas ou compartilhamento de esforços, informações ou recursos. (MONTEIRO, 2003).
- Como forma de relacionamento na interação entre organizações, independentemente do cooperativismo, com parcerias ou redes, no intuito de buscar complementaridade de atividades ou efeitos de sinergia. (AMATO NETO, 2000).

O primeiro contexto mencionado, o do cooperativismo, refere-se ao investimento das empresas em questões de interesse público. Na decodificação Schommer (2000), estes investimentos sociais recebem várias denominações no Brasil: filantropia, cidadania empresarial, responsabilidade social e, ainda, conceitos derivados do *marketing*, como *marketing social* ou *marketing “societal” (sic)* e têm várias motivações que vão desde uma simples resposta a incentivos do Governo ou de outras organizações até a busca para o alcance de vantagem competitiva ou de objetivos estratégicos, ante a necessidade de sobrevivência das empresas em longo prazo, numa época em que os problemas sociais e ambientais ameaçam o sistema produtivo em vigor.

Austin (2001) considera que o século XXI será a “era das alianças” e assevera que “as relações de cooperação migrarão progressivamente das alianças tradicionalmente filantrópicas... para as alianças estratégicas”. Com efeito, expressa dois tipos de cooperação: *intersectorial*, quando ocorre entre as entidades sem fins lucrativos e as empresas comerciais (organizações de setores econômicos diferentes) e *intrasectorial*, sucedendo entre duas empresas ou duas ou mais organizações do mesmo setor. Bombal e Krotsch (1998) apud Schommer (2000) defendem ainda as alianças entre organizações das quatro esferas (municipal, estadual, distrital e federal), as quais “levam à maior sustentabilidade de projetos, à potencialização de recursos econômicos, de gestão e de conhecimento, à participação social e ao incremento da produtividade dos insumos”.

A cooperação como processo psicossocial pode ser nitidamente observada na Teoria da Cooperação, de Barnard, e sua afirmativa de que os homens precisam uns dos outros para manterem o equilíbrio interno e sobreviverem às mudanças do

ambiente. Remonta ainda a Aristóteles, para quem o homem é um animal social, cuja plenitude é alcançada mediante a vida política (*politikón*), na qual, o bem-estar individual e coletivo pressupõe a cooperação entre pessoas e grupos. Pode-se asseverar que este aspecto da cooperação permeia os demais observados por Thiollent (2008).

Assim como a convivência humana resultou na linguagem e possibilitou a comunicação oral e escrita (COSTA, 2010; CARAVANTES, PANNO E KLOECKNER, 2005), hoje se considera que o ato de cooperar sempre pressupõe, naturalmente, uma ação comunicativa mediante relações horizontais entre pessoas e instituições que optam pela colaboração, via diferentes canais, proporcionados pelas inúmeras tecnologias de informação e comunicação (TIC) em curso (CARRATO-MENA, 2010).

A cooperação como forma de interação das organizações, mediada por parcerias e redes, diz respeito ao que, atualmente, se convencionou chamar de “cooperação entre empresas”: uma nova forma de fazer negócio, por intermédio de alianças e parcerias (FUNDAÇÃO... ca2012).

Consoante Franco (2007), a cooperação entre empresas despontou como um “instrumento empresarial de grande alcance nas economias modernas”, em 1970, consolidando-se somente em 1980 e 1990, em decorrência da “crescente competitividade internacional, aceleração do progresso tecnológico e uma continuada sofisticação dos mercados, clientes e fornecedores”. Para esse autor, a cooperação como um todo integra as dimensões social, econômica e estrutural. De forma particular, refere-se a algumas estratégias de cooperação, como alianças, parcerias, *joint ventures*, subcontratação, contratos, licenciamento e outras, em geral, estudadas individualmente. Outra denominação utilizada pelas empresas cooperantes é “comunidade de interesses”. (RODRÍGUEZ-PARADA, 2010).

Dentre as estratégias de cooperação delineadas, percebem-se as alianças e parcerias como as mais comumente mencionadas. Alguns autores exprimem a parceria como forma de se estabelecer alianças, como se pode ver nas definições de Duarte (2009, p. 436):

Alianças estratégicas: ¹Associação de organizações caracterizada pelas alianças de recursos, de capacidade produtiva e de meios capazes de realizar determinada atividade ou desenvolver sinergias de grupo, objetivando conquistar novo mercado ou adquirir nova tecnologia. ²As alianças estratégicas concretizam-se através da fusão, da aquisição, da internacionalização e/ou da parceria com um ou mais empreendedores pessoas ou empresas.

Austin (2001, p. 30) não distingue alianças e parcerias, mas delas trata como sinônimos: “são veículos para a realização da missão de cada [organização] participante”. Para ele, assim como no entendimento de Hitt, Ireland e Hoskisson (2008), deveriam ser consideradas parte integrante da estratégia de qualquer organização, seja ela com ou sem fins lucrativos.

Castells (1999, p. 220) refere-se a alianças estratégicas como mais um “modelo organizacional” surgido nos últimos anos, voltado para empresas de grande porte que não são e não mais serão “autônomas e autossuficientes”. Ressalta, ainda, que

[...] tais alianças são muito diferentes das formas tradicionais de cartéis e outros acordos oligopolistas porque dizem respeito a épocas, mercados, produtos e processos específicos e não excluem a concorrência em todas as áreas (a maioria) não cobertas pelos acordos.

Na visão de Hesselbein e Whitehead (2001, p. 9), não apenas as empresas de grande porte, mas também qualquer organização – seja comercial ou do terceiro setor – é incapaz de obter sucesso sozinha, no momento atual. Assim sendo, “líderes de visão” estão encarando esse desafio como uma oportunidade crescente para levar as organizações a “trabalharem em conjunto e gerarem novas possibilidades que favoreçam suas respectivas missões”.

Em investigação sobre as abordagens teóricas mais referenciadas no estudo da cooperação empresarial, Franco (2007) identificou **três fases principais** que este processo pode ter: formação, implementação e desenvolvimento.

Na fase de **formação**, ocorre a “descoberta e exploração de oportunidades de colaboração e negociação entre as empresas cooperantes”. Envolve preocupações com as condições prévias para o estabelecimento dos acordos de

cooperação, com a capacidade para criar e explorar redes sociais e com a identificação e seleção de parceiros em potencial.

Na segunda fase, de **implementação**, determinam-se **características, objetivos e meios** disponíveis para a formação do acordo de cooperação. Alguns objetivos da cooperação levantados por Franco (2007, p. 13) são:

1. Partilhar o risco;
2. racionalização da produção e economias de escala;
3. facilitar a expansão internacional;
4. transferência de tecnologias;
5. complementaridade nos recursos;
6. criar forças, vantagens competitivas quer no nível de diferenciação, quer no nível dos custos;
7. diversificar áreas atrativas de negócio e;
8. partilha de custos fixos.

A fase de **desenvolvimento** reflete sobre o **sucesso e estabilidade** da cooperação empresarial, que deve trazer as seguintes características: melhora na posição competitiva das empresas envolvidas, crescimento no aprendizado das empresas sobre suas tecnologias, rotinas e capacidade da gestão, podendo-se considerar a duração dos resultados.

Para estabelecer uma tipologia de processos de cooperação empresarial, Franco (2007) empreendeu uma pesquisa com 114 empresas portuguesas, da área de fabricação de máquinas, na qual analisou razões para o surgimento da cooperação; critérios de seleção de parceiros potenciais; objetivos e fatores críticos de sucesso da cooperação e possíveis diferenças nos tipos de processos de cooperação, chegando à seguinte conclusão:

- a) o **processo de cooperação intencional** – assenta-se numa gestão de conveniência; é gerido pelas circunstâncias que vão surgindo entre as partes envolvidas no acordo:
 - i. nasce por motivos deliberados e de forma intencional;
 - ii. visa a elevar os níveis de produção;

- iii. as empresas envolvidas procuram parceiros geograficamente vizinhos;
- b) o **processo de cooperação improvisado** – envolve empresas que já tiveram experiências positivas em outros tipos de acordos e enveredam novamente por este instrumento empresarial, mas são incapazes de articular respostas eficazes para as mudanças e incertezas pelas quais estão passando;
- i. nasce por empresas que não fazem um planejamento estratégico para participar de acordos desta natureza;
 - ii. postura improvisada – mas empresas buscam a cooperação apenas por estarem em situação precária/limitada, por terem necessidade de ultrapassar a escassez dos seus recursos;
 - iii. o sucesso neste tipo de cooperação decorre de possíveis apoios e ajudas financeiras do Governo, trocas de ideias e informações e ao compromisso mútuo;
- c) o **processo de cooperação exploratório** – só depois de exploradas e analisadas algumas áreas de negócios que devem ser mantidas e outras que devem ser desenvolvidas, é que o processo de cooperação é criado e implementado. Trata-se de empresas que procuram a cooperação somente para dar continuidade aos seus negócios;
- i. as empresas visam a aproveitar oportunidades de negócios;
 - ii. as empresas identificam e selecionam parceiros compatíveis em termos de organização e com uma filosofia e cultura de negócio semelhantes;
 - iii. nesse tipo de acordo, as empresas seguem uma estratégia de cooperação, tanto para ter acesso a recursos de que não dispõem, como também para desenvolver competências e protagonizar alguma aprendizagem;
 - iv. o êxito desse tipo de processo é assegurado por tomada de decisão conjunta e por uma interação frequente das partes

intervenientes, com vistas a criar novas ideias e a explorar novas oportunidades;

- d) o **processo de cooperação estratégico** – é baseado na reflexão estratégica:
- i. surge em consequência de uma avaliação custo/benefício e da vontade que as empresas têm de adotar esta estratégia empresarial;
 - ii. as empresas têm o cuidado de investigar sobre a reputação/imagem, contribuição de recursos, complementaridade e personalidade do empresário das empresas com quem vão colaborar;
 - iii. neste caso são os principais objetivos para a cooperação são – o desenvolvimento de competências e aprendizagem (fator preponderante), a obtenção de experiências, o melhoramento no nível de inovação e de modernização e diminuição de incertezas mediante redução de custos e riscos (outro fator preponderante);
 - iv. o sucesso deste processo é garantido pela clareza dos objetivos e da estratégia a ser seguida pelas várias empresas envolvidas, pelos relacionamentos pessoais e sociais que se estabelecem entre as partes envolvidas e pelas possíveis ajudas governamentais; e
 - v. É o tipo de cooperação entre empresas mais bem delineado e sustentado.

Outra perspectiva traz a cooperação como

[...] o relacionamento entre dois ou mais agentes, onde ocorre a cessão e/ou a troca de conhecimentos, instrumentos e/ou meios, em condições mais favoráveis do que as estabelecidas pelas relações comerciais cotidianas, para que as partes envolvidas, ou ao menos uma delas atinja um determinado objetivo pré-estabelecido: a cooperação nacional e internacional. (PERNAMBUCO, 2001).

Nesse ponto de vista, a cooperação pode ser nacional (quando ocorre entre agentes brasileiros) ou internacional (quando envolve agentes brasileiros e internacionais). Os participantes desse tipo de cooperação podem ainda ser públicos ou privados. Ambas as modalidades podem ou não contar com uma entidade interveniente, sendo, porém, obrigatória a mediação de instituições do Governo nos casos de cooperação proposta por órgãos públicos nacionais. A cooperação entre órgãos governamentais ou internacional é fruto de programas e políticas de relações exteriores que visam a alcançar objetivos específicos.

O documento citado, de autoria da Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (2001) acentua que a cooperação nacional ou internacional se divide em três modalidades: técnica, financeira e, finalmente, científica e tecnológica.

A cooperação técnica pode ocorrer entre dois ou mais agentes que querem ceder ou trocar recursos humanos especializados, treinamento, formação profissional e equipamentos e, geralmente, se baseia em um quadro jurídico de acordos. É bilateral quando se dá entre os governos de dois países e multilateral quando acontece entre o governo de um país e uma entidade internacional. A cooperação multilateral funciona de maneira peculiar: quase todos os agentes multilaterais são vinculados às Nações Unidas e o Acordo Básico de Assistência Técnica (1964), assinado entre Brasil e Nações Unidas, é o seu instrumento regulador.

A cooperação financeira é a concessão de recursos financeiros de um ou mais agentes para outros, em condições especiais, visando, principalmente, ao desenvolvimento de programas ou projetos nacionais mediante contratos e empréstimos de instituições financeiras internacionais. Baseia-se em acordos internacionais específicos e requer o consentimento do Tesouro Nacional quando engloba o financiamento de programas e projetos de órgãos públicos por organismos multilaterais e agências governamentais. É acompanhada desde a fase de negociação até a implementação dos projetos financiados por órgão de competência nacional.

A cooperação científica e tecnológica objetiva a transferência de conhecimento científico e tecnologia e a exploração de formas para a aplicação prática destes entre os agentes envolvidos. Abrange a realização conjunta de uma

mesma pesquisa por especialistas brasileiros e estrangeiros e a doação de equipamentos pelo país que oferece a cooperação.

De acordo com Silva (2007), a cooperação internacional é “o único meio para se alcançar objetivos comuns no mundo globalizado”. No âmbito das relações internacionais, o autor diferencia “colaboração” e “cooperação”, sendo a última uma evolução da primeira: a colaboração pressupõe a relação entre um agente principal (gestor e ‘controlador’) e membros coadjuvantes, não havendo confiança mútua, enquanto, na cooperação, cada parceiro expressa o que tem de melhor e os resultados pertencem aos parceiros, com base em acordos firmados e na confiança mútua.

Embora a tipologia dos processos cooperativos seja muito variada, a literatura é unânime em assumir a necessidade de formalização dos acordos de cooperação, a fim de que os cooperantes possam alcançar plenamente os objetivos e benefícios pretendidos (TOMÁÉL, 2005; FIGUEIREDO, 1999; KRZYŻANOWSKI, 2005; CARUSO et al, 2006; FERNÁNDEZ-ROJO, 2010; MAXIMIANO, 2007).

Dessa forma, pode-se afirmar que o planejamento precede a cooperação, pois, por intermédio desta, cada empresa participante alcançará sua missão e objetivos estratégicos (AUSTIN, 2001; FRANCO, 2007). Austin (Idem) defende a ideia de que a parceria deve fazer parte da estratégia de qualquer organização. Para tanto, sugere que cinco perguntas estratégicas sejam respondidas como forma de se pensar sistematicamente a cooperação:

1. “Por que deveríamos cooperar?”

Deve-se delinear como a cooperação se enquadra na estratégia geral e missão da organização. Maximiano (2007) ensina que a estratégia abrange o planejamento estratégico, a implementação e a avaliação da estratégia e cujo resultado são os planos estratégicos.

2. “Que tipo de cooperação deveríamos empreender?”

A organização precisa entender as diferentes modalidades de cooperação e escolher a ideal para cada situação específica;

3. “Com quem deveríamos cooperar?”

A escolha do parceiro ideal deve considerar as missões, valores, necessidades e competências dos cooperantes;

4. “Quando deveríamos cooperar?”

Uma questão central que não deve ser negligenciada pela organização refere-se ao tempo de entrar numa aliança ou de mudar sua natureza;

5. “Como deveríamos cooperar?”

Continua e frequentemente.

Para Franco (2007), os processos de cooperação não são singulares, nem demonstram os mesmos padrões de comportamento. Cada empresa deve planejar a cooperação levando em conta fatores que podem condicionar a gestão de acordos, como possíveis problemas ou mudanças no contexto de formação dos relacionamentos. A cooperação empresarial deve ser gerida de forma que a empresa alcance os objetivos propostos e mantenha seu futuro sucesso.

4.2 Cooperação entre bibliotecas

Entre os anos de 1970 e 1980, ante o já mencionado avanço das telecomunicações, eletrônica e informática, se inicia a automação das bibliotecas, influenciada pelos novos padrões de comunicação interpessoal e em redes. Na década de 1990, as premissas que estabeleciam uma relação estrutural e intrínseca entre a ordem política estadocêntrica e a ordem informacional passaram a ser substituídas por novas afirmações que corroboram a relação estrutural da informação com a tecnologia e a economia, circunscrita então aos programas de institucionalização da Internet e da universalização do acesso a suas aplicações e serviços. As consequências do novo panorama para as bibliotecas e seus gestores são descritas por Santos (2003, p. 87):

Seguramente, a gestão de serviços em bibliotecas passa por mudanças e adaptações em todos os seus processos na busca por maior efetividade. Nesta etapa, depara-se com a necessidade de avaliações e melhorias e/ou criação de novos serviços, principalmente quanto aos recursos da TIC, inseridos em todas as instituições, além da adequação e treinamento especializado para os recursos humanos, essenciais nesta nova gestão. De forma conclusiva, para que a gestão de serviços em bibliotecas tenha

sucesso, qualidade e reconhecimento, é preciso fixar-se no usuário, na sua realidade e necessidades. Entretanto, a melhoria da qualidade nos serviços de informação, tão defendida por autores como Vergueiro (1996), deve ser suportada por técnicas gerenciais adequadas.

É neste âmbito que surgem as redes ou a cooperação como política de gestão das bibliotecas ou unidades de informação. Conforme Thiollent (2008, p. 2), “a cooperação e os processos cooperativos envolvem diferentes tipos de organizações, equipes, empresas ou outras entidades na produção e na vida social”. Com as bibliotecas não poderia ser diferente. Assim como qualquer outro tipo de organização, às bibliotecas também não é possível alcançar seus objetivos de forma isolada, principalmente porque são, por natureza, instituições sociais (MIRANDA, 2006; MILANESI, 2002; BRIQUET DE LEMOS, 1998).

Com as facilidades possibilitadas pelas TIC, gestores de vários tipos de bibliotecas, em especial, as universitárias, motivam-se para desenvolver ações cooperativas com vistas à elevação da qualidade de serviços de informação, a baixos custos, elevando a satisfação dos usuários, tais como intercâmbio/compartilhamento de livros, periódicos, *preprints*, catálogos, listas de publicações, boletins informativos, decisões políticas, eventos, notícias *flash* etc.

A revolução da informação produzida pelas TIC é uma aliada e pode, se bem utilizada, trazer benefícios às bibliotecas. A literatura que estuda o uso das TIC na cooperação de serviços já indica que há, em uma dimensão macro da sociedade, a adoção de uma nova filosofia e atitude das bibliotecas em relação ao desenvolvimento de ações de compartilhamento de recursos e serviços de informação, com o uso de redes, consórcios etc. Essa nova posição é disseminada muito rapidamente, estando nas agendas de debates dos mais diversos eventos de bibliotecas públicas, universitárias, escolares, empresariais, que consideram as redes, o compartilhamento de recursos e serviços de informação e o consórcio como meios viáveis de cooperação entre bibliotecas.

Com base na urgência de seus usuários ao acesso efetivo à informação de qualidade, as bibliotecas começaram a se organizar e se relacionar para implementar a ideia já bem aceita de compartilhamento de recursos e serviços. Essa abordagem é cada vez mais passível de ser utilizada pelas tecnologias inovadoras na era digital, que “abriu novas avenidas para bibliotecas, arquivos e museus

coexistirem em rede” (PRASAD, 2011, p. 204). Estamos vivenciando uma nova conjuntura que não apenas indica, mas também oferece as ferramentas adequadas para o desenvolvimento de trabalhos cooperativos em todos os setores, em particular, entre bibliotecas que, em seus variados contextos, têm como marca principal um crescimento exponencial do volume de informação e documentos que precisam acessar, o alto valor da informação e, na mesma intensidade, altas restrições orçamentárias, acompanhados das demandas gerais e específicas de seus usuários.

A literatura especializada indica variada terminologia concernente ao trabalho cooperativo e de compartilhamento de informação utilizado pelas bibliotecas: colaboração, coordenação, ajuda mútua, parceria, associação, aliança, participação, rede etc. As expressões mais usadas são:

- a) rede de bibliotecas, consórcio, sistema integrado de bibliotecas (LEMOS; MACEDO, 2003);
- b) serviços cooperativos, parcerias, compartilhamento, consórcio, redes, rede de informação, rede de bibliotecas (TOMAÉL, 2005);
- c) rede de cooperação, ajuda mútua, consórcio (MATTOS et al., 2011); e
- d) *consortium library* (GOODLUCK, 2012).

Fernández-Rojo (2010) esclarece os conceitos de “rede de bibliotecas” e “consórcios de bibliotecas”: ambos são modalidades de trabalhos cooperativos formalizados, que possuem uma estrutura organizativa, mas com objetivos distintos. Enquanto a ‘**rede de bibliotecas**’ visa ao compartilhamento de recursos que podem ser tanto bibliográficos, como tecnológicos e humanos, nos ‘**consórcios de bibliotecas**’, o principal fator de cooperação é a busca por melhores negociações na compra de *softwares*, livros impressos, bases de dados e principalmente revistas eletrônicas.

Krzyzanowski (2007) considera que o crescimento exponencial das publicações técnico-científicas nos anos 60 do século imediatamente passado, assim como os novos avanços tecnológicos nos processos de captação, registro, organização e disponibilização da informação, levaram os profissionais de informação a buscar opções que garantissem a otimização desses processos. A cooperação para o compartilhamento de serviços bibliotecários foi um desses

recursos facilitadores da localização e obtenção de documentos, que iniciou, no Brasil, entre bibliotecas isoladas e, hoje, tem na internet sua principal ferramenta.

Lemos e Macedo (2003) indicam a Europa como o continente que primeiro iniciou as atividades de compartilhamento de produtos e serviços com os consórcios e redes de bibliotecas universitárias, desde a emergência das TIC e da internet, que permitiram melhorias na prestação de serviços aos usuários e a articulação entre diversas bibliotecas.

Consoante Carrato-Mena (2010), a globalização e as constantes mudanças que se vivem sensibilizaram organismos internacionais como a *International Federation of Library Associations* (IFLA), quanto à necessidade de promover ações que conduzam as bibliotecas a enfrentarem com sucesso o desafio de garantir o acesso global ao conhecimento. Para isso, organizam debates e encontros sobre a premissa indispensável da cooperação, enfatizando a importância do estabelecimento de redes, alianças, infraestruturas técnicas, sociais, políticas e educacionais que levem a uma sociedade inclusiva, com acesso ao conhecimento não apenas no contexto local, mas também regional, nacional e internacional.

A mesma autora relata uma experiência positiva de cooperação: o caso da Espanha, que montou uma estratégia progressiva para permitir a criação de estruturas de cooperação e promover a colaboração entre vários tipos de bibliotecas: nacionais, universitárias, escolares, públicas e especializadas. Embora a cooperação bibliotecária nesse país sempre tenha existido no âmbito profissional, somente com a aprovação da Lei da leitura, do livro e das bibliotecas, em 2007, houve um marco global que estruturou a cooperação e reunião entre bibliotecários e políticos, num mesmo órgão, com representação de todas as administrações.

Vários são os fatores indicados na literatura que influenciaram a formação de redes entre bibliotecas como opções facilitadoras de mais e melhores serviços a custos reduzidos: rápido crescimento da informação e de títulos de periódicos eletrônicos; política de aumento de preços dos editores para este tipo de assinaturas; novos modelos de licenciamento; e os problemas relacionados com os direitos do autor.

Também são muitos os benefícios indicados para os serviços biblioteconômicos, que possibilitam:

- a) partilhar o acesso e a disponibilização da informação, constituindo catálogos coletivos ou catálogos comuns virtuais, que possibilitam a transação de dados e a pesquisa distribuída em catálogos bibliográficos, com base no protocolo Z39.50;
- b) melhorar o empréstimo domiciliário entre os membros dos consórcios, o empréstimo inter-bibliotecas e o fornecimento de documentos;
- c) organizar programas cooperativos de serviços como, por exemplo, a catalogação compartilhada e a coordenação de assinaturas impressas;
- d) constituir bibliotecas digitais, projetos de digitalização e preservação de documentos e os respectivos arquivos;
- e) obter assinaturas eletrônicas em texto integral e serviços on-line;
- f) reduzir os custos no acesso à informação eletrônica e captar financiamento. (LEMOS; MACEDO, 2003, p. 13).

Seguindo o atual modelo cooperativo, cabe às bibliotecas acadêmicas o aproveitamento dos mais recentes recursos tecnológicos, bem como a compreensão e o balanceamento das variáveis ambientais intangíveis, macro e micro, a fim de que satisfaçam as necessidades de informação das suas comunidades de usuários.

Burke (2010), em uma abordagem macro, considera que as bibliotecas acadêmicas passam por mudanças dramáticas, principalmente em decorrência da severidade econômica observada nos anos 2008 e 2009. Isto força as bibliotecas a justificarem seus orçamentos e serviços, bem como qualquer novo programa (BESARA; KINSLEY 2011), tendo mesmo que reduzir ou eliminar programas a cada nova possibilidade de economizar fundos pelos administradores das universidades, exigindo das bibliotecas o desenvolvimento de uma intensa cultura avaliativa.

Explicações com dados tangíveis e quantificáveis são cada vez mais exigidas na justificação de tais serviços, o que nem sempre retrata fielmente a noção de valor representada pelos serviços de informação disponibilizados à comunidade acadêmica (CHADWELL, 2011). Para Broady-Preston e Lobo (2011), entender e medir os conceitos de valor e impacto no âmbito dos serviços é problemático e constitui-se em um desafio para os prestadores de serviços, especialmente alocados em um ambiente com intensa recessão econômica, principalmente quando pensados do ponto de vista dos usuários e mantenedores.

Por exemplo, as bibliotecas acadêmicas sempre foram consideradas fundamentais nas atividades de pesquisa. Atualmente, reservam boa parte do seu

orçamento para a aquisição de fontes de informação *online*, embora esse serviço nem sempre seja reconhecido como da biblioteca. O problema é que o acesso remoto às informações *online*, sem a mediação da biblioteca, dificulta o reconhecimento, pelo usuário, de qual conteúdo é promovido pela biblioteca (HEALY, 2010).

Em relação a essa dificuldade de inovação nas bibliotecas acadêmicas, Jantz (2012) chama atenção para o quadro atual em que “poucas organizações permaneceram estáticas na sociedade pós-moderna, que é um cenário caracterizado por rápida mudança nas influências sociais, econômicas e políticas”. Para o autor, um dos fatores que limitam a inovação é a herança que as bibliotecas acadêmicas receberam de suas instituições mantenedoras, as universidades, caracterizadas pela burocracia, agravada pela complexidade dos contratos, normas departamentais e tradição. Amorim e Vergueiro (2006) não apenas corroboram este pensamento, como também advertem para o fato de que as bibliotecas universitárias brasileiras precisam romper “uma barreira cultural e política (ainda)” para efetivamente se tornarem instrumentos para “divulgação do saber”, deixando de ser meras repetidoras de “regras e políticas internas” das instituições que as abrigam.

Esse âmbito de estagnações ou cortes orçamentários, mas que ao mesmo tempo se tem, de forma cada vez mais exigente, a necessidade de se adquirir publicações em seus mais diversos formatos e que têm custos cada vez mais elevados, levam à valorização das iniciativas colaborativas, tais como os consórcios entre bibliotecas e as novas possibilidades das tecnologias baseadas na internet, de modo a reduzir custos com a aquisição de documentos e informação, economizar espaços, simplificar operações e eliminar atividades redundantes.

Em estudo sobre as bibliotecas acadêmicas nigerianas, Goodluck (2012) retrata as dificuldades que enfrentam, sobretudo aquelas custeadas pelo Governo, ante as baixas alocações orçamentárias destinadas à educação:

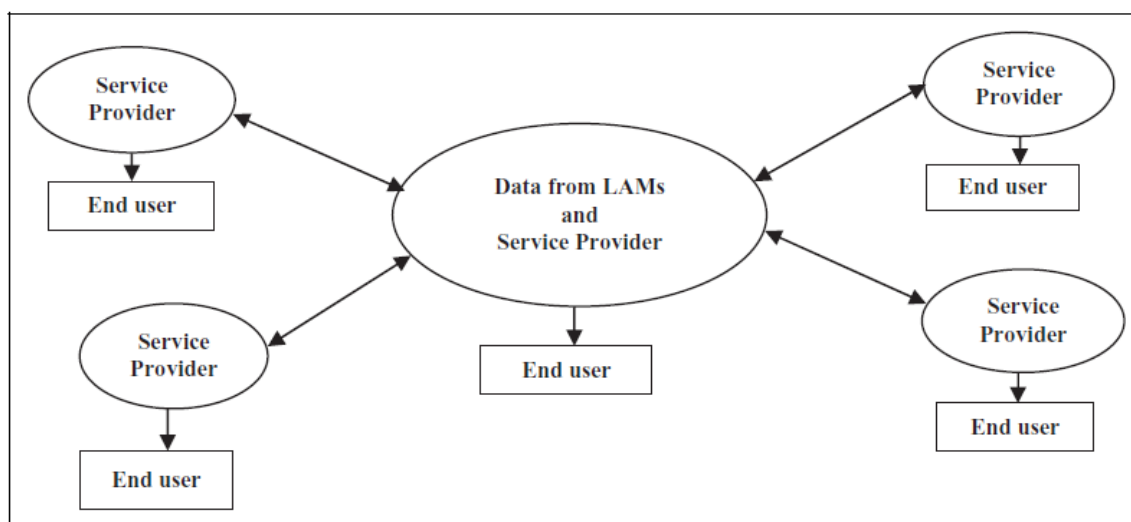
Com os baixos recursos orçamentários, as universidades não são capazes de prover fundos para operar bibliotecas com serviços de primeira classe. Como resultado, não há facilidades e recursos de informação adequados, tornando o uso das bibliotecas pelos discentes apenas como um espaço para estudo. Poucos docentes utilizam as fontes das bibliotecas regularmente e muitos não conhecem o que há de novo e as novas fontes

nas bibliotecas [...] Muitos visualizam a biblioteca como fraca e incapaz de auxiliar o Ensino e a Pesquisa.

As dificuldades financeiras parecem ser uma característica comum entre as bibliotecas deste setor. A solução para tais problemas está nas iniciativas colaborativas biblioteconômicas. Prasad (2011) argumenta que “colaboração e cooperação é critico para qualquer centro de excelência ser vibrante e a sociedade se beneficiará desta sinergia”, o que é corroborado por Besara e Kinsley (2011), ao identificarem o fato de que a colaboração nas bibliotecas acadêmicas nasce da constatação de que o sucesso e o aprendizado do estudante dependem de um trabalho colaborativo de toda a comunidade acadêmica.

Prasad (2011) dá indicações claras do que deve ser feito pelas bibliotecas universitárias em um tempo que se faz mediante o paradigma digital. O autor entende que se as bibliotecas querem participar efetivamente da criação de um futuro digital, é necessário que iniciem as atividades de cooperação não apenas entre si, mas com arquivos e museus, e dá um exemplo: se pequenas bibliotecas com importantes coleções não têm condições para digitalizar seus acervos por iniciativa própria, poderão desenvolver essa atividade via projetos colaborativos. Propõe, ainda, um modelo de consórcio entre bibliotecas, arquivos e museus que denomina de LAMs (Library, Archives and Museums), conforme figura 1.

Figura 1 – Modelo de colaboração entre Bibliotecas, Arquivos e Museus (LAMs)



Fonte: Prasad (2011, p. 209).

Nesse modelo, o *hub* central seria criado pelo Ministério do Turismo e Cultura indiano, desde uma das instituições que possui herança cultural, responsável pela definição das normas para o consórcio de manutenção dos padrões de dados, da interoperabilidade dos dados, dos servidores etc. Neste caso, a sugestão seria a Biblioteca Nacional. Neste ambiente, os usuários utilizariam a coleção como um todo, e, portanto, não seriam caracterizados pela instituição, mas apenas por buscarem um item de informação (PRASAD, 2011).

De acordo com Miranda (2004), “a implantação de sistemas e serviços de informação no Brasil, assim como as políticas públicas que orientam suas atividades seguem trajetórias erráticas e descontínuas”. Ressalta ainda o pensamento de Rubens Borba de Moraes que, já em 1943, apontava a necessidade brasileira de se ter um sistema de bibliotecas, trabalhando em rede:

[... pregava uma política de informação que permitisse a montagem de uma rede de bibliotecas – concepção hoje que poderíamos traduzir como um sistema de informação abrangente e cooperativo. É importante assinalar que Borba de Moraes já falava em rede no sentido que empregamos hoje. Quem primeiro definiu o conceito de redes e sistemas na nossa literatura profissional foi Lélia Galvão Caldas da Cunha, baseada em autores estrangeiros, praticamente sinonimizando “sistemas” e “redes”, compreendendo uma integração horizontal de unidades de forma cooperativa e/ou consorciada numa estrutura vertical de comando, participativa e aberta. (MIRANDA, 2004, p. 1).

Outros autores como Besara e Kinsley (2011), Burke (2010), Chadwell (2011); Cysne (2003), Goodluck (2012) e Jackson (2011), dentre vários, são fortes na argumentação do valor essencial de ações cooperativas no atual panorama biblioteconômico, por possibilitarem benefícios mútuos para bibliotecas e usuários. Os estudos sobre essa temática instigadora propõem-se analisar a cooperação entre as bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), em suas diversas modalidades, como via de melhoramento dos serviços prestados à comunidade acadêmica e, ao mesmo tempo, da representatividade das bibliotecas perante os seus mantenedores e usuários.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como do tipo exploratório-descritiva, na forma de estudo de caso (MARCONI; LAKATOS, 2002), do qual se analisa a cooperação entre bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A expressão “estudo de caso” origina-se no âmbito das pesquisas médicas e psicológicas, cujas profissões possuíam interesse de sistematizar suas práticas com base na análise da história do paciente (GALDEANO; ROSSI; ZAGO, 2003), e que é cada vez mais aplicado em trabalhos das Ciências Sociais¹. Na sua intenção,

[...] o estudo de caso é próprio para a construção de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real – pesquisa naturalística – com pouco controle do pesquisador sobre eventos e manifestações do fenômeno.

Ao abordar uma instituição, pode-se fazer uso deste método² sob o ponto de vista histórico-organizacional ou, até mesmo, observacional, quando fundamenta pesquisas qualitativas e participante (BARROS; LEHFELD, 2007). Trabalhos colaborativos ocorrem, nos serviços bibliotecários, de modos distintos, dependendo do tipo de instituição e finalidades (consórcios para aquisição de acervos, processamento técnico, dentre outros). Para a compreensão exaustiva e profunda deste panorama, este estudo utiliza procedimentos metodológicos que valorizam uma análise qualitativa dos dados.

Na inteligência de Martins (2008, p. 10), um nível de penetrabilidade social não poderia ser alcançado plenamente por um mero “levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”, mas com base em procedimentos tais como:

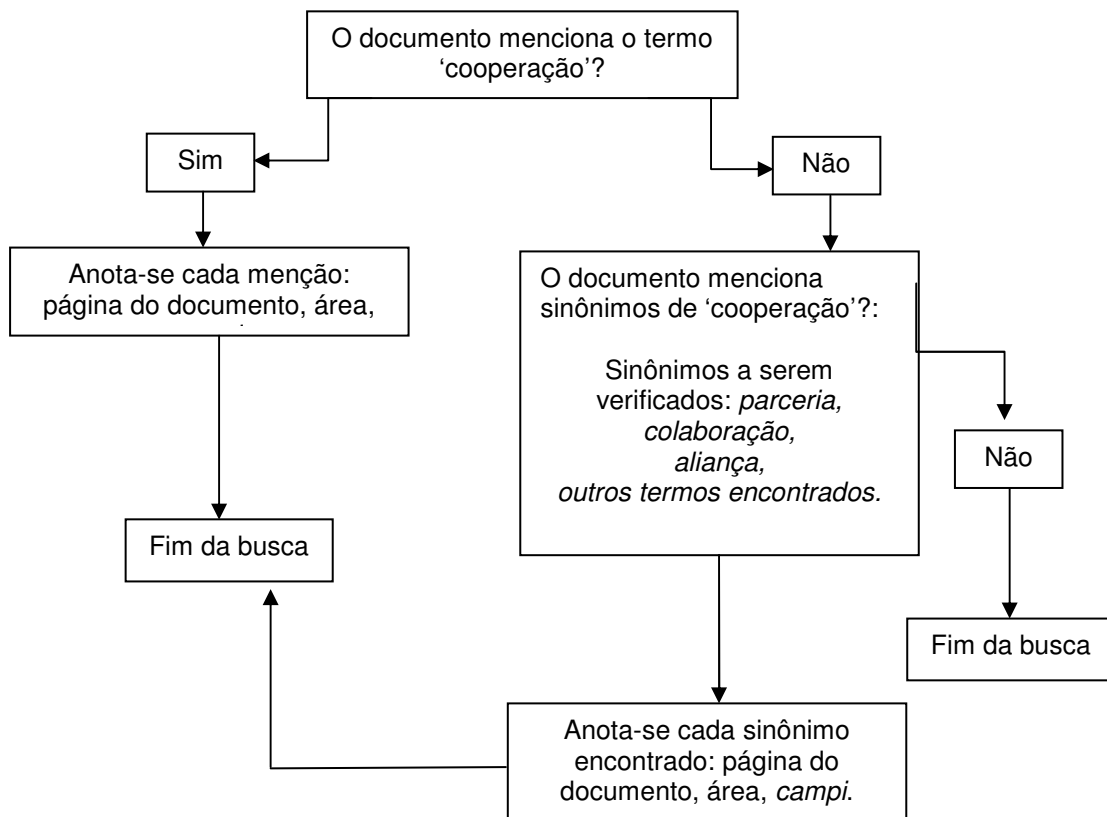
- a) Pesquisa bibliográfica;
- b) Análise documental – analisando-se um dos principais instrumentos de gestão do IFCE: PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013, PAA - Plano de

¹ A obra de Robert Yin (2001) contribuiu para a popularização do estudo de caso nos trabalhos científicos brasileiros.

² A falta de rigor metodológico desta estratégia de pesquisa faz com que alguns autores considerem o estudo de caso “mais como um recurso pedagógico ou como uma maneira para gerar ‘insights’ exploratórios, do que um método de pesquisa propriamente dito”. (PENTEADO, 2000).

Ação Anual 2012 e Relatório de Gestão 2011, último divulgado. Teve como objetivo detectar ou não menções do termo 'cooperação' ou sinônimos, para se descobrir possíveis trabalhos cooperativos já desenvolvidos ou planejados pelo IFCE, em seus diversos *campi* e setores.

O fluxograma a seguir especifica o procedimento adotado.



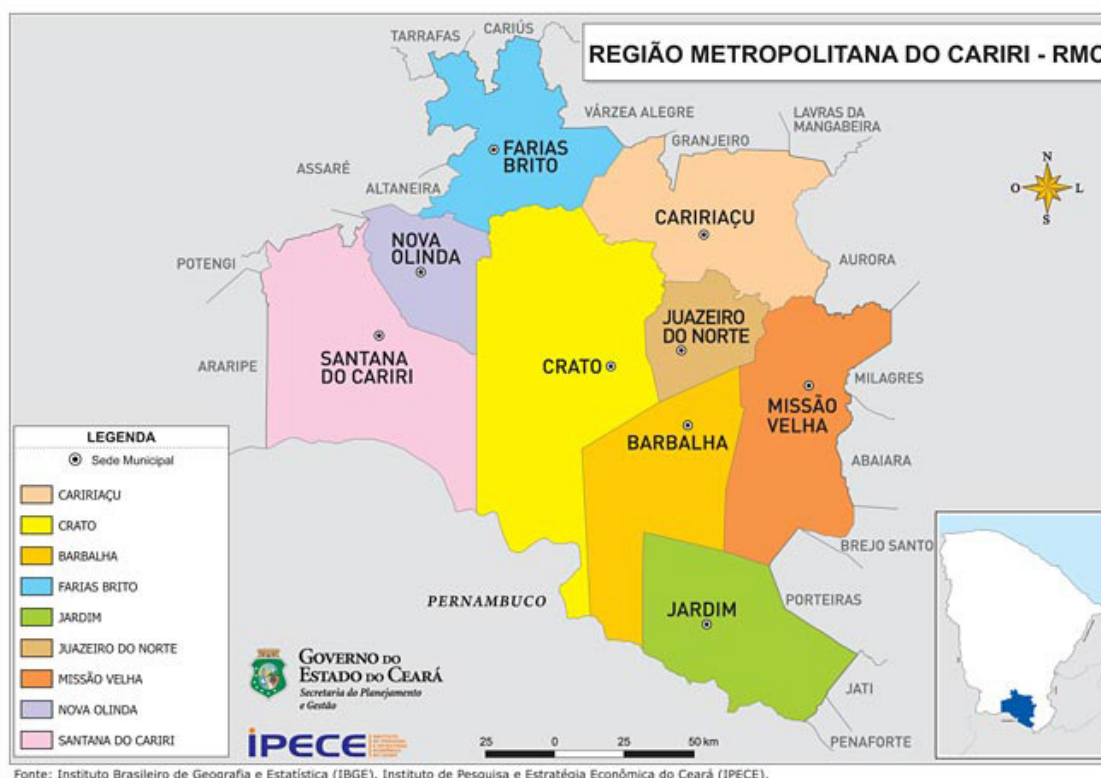
5.1 População e campo de estudo

O IFCE congrega atualmente 17 bibliotecas, distribuídas em 23 *campi* instalados em diferentes regiões cearenses. Na historiografia oficial da instituição, percebe-se que o processo de interiorização das bibliotecas do então CEFETCE ocorreu em 1995, ante as novas demandas informacionais das unidades de Cedro e Juazeiro do Norte.

Em 2009, o Governo do Estado transformou o Cariri na 2ª Região Metropolitana do Ceará (Figura 2), mediante a Lei Complementar Estadual 78, sancionada em 26 de junho. Conhecida mundialmente por suas riquezas naturais, culturais, geológicas, arqueológicas, turismo e fervor religioso centrado na imagem histórica do Padre Cícero Romão Batista, a Região Metropolitana do Cariri (RMC) expressa grande desenvolvimento econômico, social e científico nos últimos anos, impulsionados pela expansão da educação, principalmente, superior, e recentes investimentos no segundo e terceiro setores da economia, respectivamente, indústria e serviços (notadamente nas áreas de construção civil e comércio).

A região conta com quatro importantes instituições de ensino superior públicas, além de várias de cunho privado. São as públicas: Universidade Federal do Ceará (UFC), com *campus* em Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato – atualmente, em processo de transformação em Universidade Federal do Cariri (UFCA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – com *campus* nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato, Faculdade de Tecnologia Centec (FATEC), localizada em Juazeiro do Norte e a mais antiga, Universidade Regional do Cariri (URCA), presente em Crato, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri.

Figura 2 – Mapa da Região Metropolitana do Cariri (RMC)



Fonte: CEARÁ. IPECE. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/139.htm>
Acesso em: 19 abr. 2011.

Neste estudo, investiga-se especificamente o caso das bibliotecas do IFCE, de modo a possibilitar a consecução dos objetivos traçados mediante a análise de unidades fundamentais e historicamente reconhecidas no cenário biblioteconômico do IFCE, a saber: **Campi de Juazeiro do Norte e Crato**, próximas fisicamente (distantes entre si 10km, localizados na Região Metropolitana do Cariri,) e a **biblioteca do Campus de Fortaleza**.

Delimitou-se a população desta pesquisa pelos **bibliotecários gestores** e os **diretores** das referidas unidades do IFCE.

5.1.1 Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) foi criado oficialmente em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e congrega os extintos centros

federais de educação tecnológica do Ceará (CEFETCE) e as Escolas Agrotécnicas Federais dos Municípios de Crato e de Iguatu.

A história da instituição remonta ao início do século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha criou as escolas de aprendizes artífices, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que seguiam o modelo das escolas vocacionais francesas e eram destinadas a formar profissionalmente carentes e desfavorecidos.

As escolas de aprendizes artífices passaram por várias mudanças institucionais ao longo de cem anos de existência, estimuladas pela industrialização brasileira, iniciado por volta de 1940. No Ceará, a Escola de Aprendizes Artífices chamou-se “liceu industrial”, “escola industrial”, “escola industrial federal”, até se tornar, no ano de 1968, Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), já consolidada como referência de qualidade na educação profissional.

Em 1994, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro, a ETFCE, juntamente com as demais escolas técnicas da rede federal, foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFETCE), cuja nova missão se expandiu para pesquisa e extensão, além do ensino.

Em 2008, dentro das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação e mediante a Lei 11.892, de 29 de dezembro, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No Ceará, a nova instituição surgiu da integração entre o CEFET e as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. Em todo o País foram criados 38 institutos federais, com 312 *campi*, cada um constituindo-se uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica e dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

Atualmente, a expansão da rede federal elevou para 354 o número de unidades em todo o Brasil (INSTITUTO..., 2013), sendo 23 *campi* no Estado do Ceará. Os institutos federais visam a contribuir para o progresso socioeconômico, local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, integrado com as demandas da sociedade, mediante a produção, disseminação e aplicação de conhecimento tecnológico e acadêmico.

Quadro 3 – Distribuição dos *campi* do IFCE

EM FUNCIONAMENTO		EM IMPLANTAÇÃO
<i>Campi</i> convencionais (12): • Acaraú • Canindé • Cedro • Crateús • Crato • Fortaleza • Iguatu • Juazeiro do Norte • Limoeiro do Norte • Maracanaú • Quixadá • Sobral	<i>Campi</i> avançados (11): • Aracati • Baturité • Camocim • Caucaia • Jaguaribe • Morada Nova • Tabuleiro do Norte • Tauá • Tianguá • Ubajara • Umirim	<i>Campi</i> convencionais (6): • Acopiara • Boa Viagem • Horizonte • Itapipoca • Maranguape • Paracuru

Fonte: Adaptado de: IFCE. **Distribuição dos campi**. (2013).

Os institutos federais surgiram como modelo de instituição de educação profissional e tecnológica cujo desafio é levar o Brasil às condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico. A nova institucionalidade rompe com a antiga representação de uma educação profissional subordinada ao poder político e econômico e demonstra uma modalidade de educação considerada como fator estratégico para o desenvolvimento nacional, preocupado com a transformação social.

A experiência pretende consolidar a institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública que se estabelece não apenas por ser mantida por orçamento público federal, como também mediante o compromisso de um pensar global, envolvendo “igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural)” e articulação com outras políticas (de meio ambiente, saúde etc). Nesse sentido, os institutos federais assumem “um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma **rede de saberes** que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade”. (INSTITUTO..., 2008).

Para a consolidação da educação profissional e tecnológica como política pública, o Governo Federal estabeleceu cinco ações:

- constituição de um novo ordenamento jurídico;
- fortalecimento das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e valorização do educador e do educando;
- política de financiamento, modernização e expansão;
- criação de um subsistema de educação profissional e tecnológica;
- consolidação da parceria público-privada (SOUSA, LIMA E OLIVEIRA, 2011, p.45).

Hoje, o IFCE atende em torno de 20.500 estudantes, matriculados em 84 cursos técnicos, 64 cursos superiores, distribuídos entre graduações tecnológicas, bacharelados e licenciaturas e 12 pós-graduações (entre especializações e mestrado). Até o fim de 2011, contava com 956 professores, 759 técnicos administrativos, num total de 1.715 servidores (IFCE, 2013).

5.1.1.1 O Campus de Juazeiro do Norte

O *Campus* de Juazeiro do Norte foi inaugurado em dezembro de 1994, tendo, porém, iniciado as atividades efetivas em 11 de setembro de 1995, no interstício entre a promulgação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994 e a mudança institucional da Escola Técnica Federal do Ceará para Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETCE), ocorrida em 1999. Atualmente, oferece os seguintes cursos: superiores tecnológicos em Automação Industrial e Construção de Edifícios; licenciaturas em Educação Física e Matemática; Engenharia Ambiental; técnicos integrados em Eletrotécnica e Edificações; Mecânica (Proeja); técnico em edificações (Escola Técnica Aberta do Brasil - E-Tec) e licenciatura em Matemática (Universidade Aberta do Brasil-UAB).

A biblioteca do *campus* Juazeiro do Norte existe há cerca de 17 anos, aproximadamente, o tempo de implantação da instituição na região do Cariri, na época, ainda como Escola Técnica Federal. Foi criada por iniciativa de docentes e discentes, mediante doações que tiveram como objetivo suprir a falta de fontes de pesquisa para realização das atividades de ensino. Apenas em 2006 um bibliotecário passou a fazer parte do quadro efetivo da instituição.

Recentemente, esta biblioteca recebeu o nome da ex-professora do *Campus* Carmen Helena Machado Guerreiro Sales, quando da inauguração do espaço físico. Trata-se de uma área de 900m², cinco vezes maior do que a anterior, dotada de amplo espaço que abriga o acervo de cerca de 10.000 exemplares, 05 salas de

estudo em grupo, 20 cabines de estudo individual, miniauditório com 49 lugares, laboratório de informática com 14 computadores e área específica para as atividades técnicas de processamento do acervo.

5.1.1.2 O Campus de Crato

O *Campus* do IFCE em Crato iniciou as atividades como Escola Agrotécnica Federal. Foi implantado sob um acordo firmado entre a União e a Prefeitura de Crato, para cumprimento dos artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947 e os dispositivos de Decreto Lei 9.613 de 20 de agosto de 1946, que versavam sobre a implantação do ensino agrícola no País (INSTITUTO...,2013).

Atualmente, oferece cursos técnicos em Agropecuária e Informática e superiores em Sistemas de Informação e Zootecnia. Uma característica peculiar deste *campus* é o fato de ser ex-escola agrotécnica, por isso, possui cursos nas modalidades de internato e semi-internato.

A biblioteca do *Campus* de Crato funciona há cerca de 38 anos, mas apenas em 2009 pôde contar com uma bibliotecária. Iniciou com doações, tal como a biblioteca do *Campus* de Juazeiro do Norte. Possui um salão de estudos com capacidade para 60 pessoas, 09 computadores para acesso à internet e um acervo de aproximadamente 20.000 exemplares. Atualmente, ocupa uma área de 453m² e está sem bibliotecário. Em breve mudará para um novo prédio, onde ocupará um espaço mais amplo, de 512,25m².

5.1.1.3 O Campus de Fortaleza

O *Campus* de Fortaleza foi a primeira unidade do Instituto Federal no Ceará, inaugurada em 1952, ainda como Escola Industrial de Fortaleza. Hoje, atende à região Metropolitana de Fortaleza, que compreende a capital e os Municípios de Caucaia, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Eusébio, Guaiuba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama e Cascavel e possui os seguintes cursos: técnicos de Música, Edificações, Segurança no Trabalho, Informática, Telecomunicações, Eletrotécnica, Mecânica Industrial, Manutenção Automotiva e Refrigeração e Climatização; superiores tecnológicos em Telemática, Mecatrônica Industrial, Processos Químicos, Gestão

Ambiental, Saneamento Ambiental, Estradas, Gestão Desportiva e de Lazer, Gestão de Turismo e Hotelaria; bacharelados em Engenharia da Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Mecatrônica e Engenharia Civil; licenciaturas em Física, Matemática, Artes Visuais e Teatro; e mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental. Está previsto para o 2º semestre de 2013 o início das aulas do mestrado em Engenharia de Telecomunicações, recentemente aprovado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O *Campus* possui cerca de 7.000 alunos, 304 professores, distribuídos em diversas áreas, e mais 219 técnicos administrativos. Ocupa uma área de aproximadamente 30.000 m² e dispõe, além de salas de aulas, de cerca de 60 laboratórios nas áreas de Artes, Turismo, Construção Civil, Indústria, Química e Telemática e ainda de oficinas, sala de videoconferência e audiovisual, gráfica, biblioteca, telecentro, Casa de Artes, complexo poliesportivo e auditório.

Fundada em 8 de dezembro de 1968, a biblioteca do campus Fortaleza recebe o nome do Engenheiro Waldyr Diogo de Siqueira, diretor do Instituto Federal do Ceará no período de 1939 a 1951. Possui cerca de 36.017 volumes entre livros, periódicos, dicionários, enciclopédias gerais e especializadas, teses, dissertações, monografias e CD-ROMs, nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Puras, Artes, Literatura, Engenharia e Tecnologia, com ênfase em livros técnicos e didáticos. Ocupa uma área de 470m², com capacidade para 109 assentos para estudo individual ou em grupo.

De forma resumida, o quadro 4 traça um paralelo entre as bibliotecas estudadas, com base em entrevistas, visitas aos *campi* e troca de *e-mail* entre os bibliotecários pesquisados.

Quadro 4 – Paralelo entre as bibliotecas de Juazeiro do Norte, Crato e Fortaleza (IFCE)

BIBLIOTECA	ACERVO	BIBLIOTECÁRIO	SERVIDORES	AUTOMAÇÃO DO GERENCIAMENTO DO ACERVO	PRINCIPAIS PROBLEMAS
Biblioteca de Juazeiro do Norte	10.000	01	02	<i>Software</i> Sophia a ser implantado em 2013.2 Empréstimos através de fichas.	Carência de servidores / Perfil dos servidores que trabalham na biblioteca.
Biblioteca de Crato	20.000	00	03	<i>Software</i> livre Gnuteca. Empréstimos através de fichas.	Inexistência de bibliotecário; Processamento técnico paralisado; Novos cursos superiores para aguardando reconhecimento do MEC; Perfil dos servidores que trabalham na biblioteca.
Biblioteca de Fortaleza	36.017	03	14	<i>Software</i> Sophia implantado. Automatização dos empréstimos em andamento.	Carência de servidores.

5.2 Coleta de dados: questionários

Foram elaborados dois questionários, direcionados aos bibliotecários e diretores de ensino dos *campi* Fortaleza, Crato e Juazeiro do Norte, do IFCE. Os questionários foram estruturados em consonância com os objetivos desta pesquisa e aplicados mediante a observância dos princípios éticos da privacidade e confidencialidade na coleta dos dados.

Para os bibliotecários, questionou-se:

- a) quanto à informatização do acervo da biblioteca, marcar 'sim' ou 'não' se possui acesso remoto e *software* de gerenciamento. Identificar numa lista de 14 serviços cooperativos aqueles existentes na biblioteca pesquisada e a frequência com que ocorrem;

- b) há ações planejadas em nível estratégico que intentam promover a cooperação entre a biblioteca deste *campus* e outras bibliotecas do IFCE? Quais?
- c) a promoção de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE poderia melhorar a eficiência dos serviços informacionais oferecidos à comunidade acadêmica? Como?
- d) quais as limitações e oportunidades de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE?

Para os diretores de ensino, foram apresentados os três últimos questionamentos feitos aos bibliotecários, tendo em vista que o primeiro item abordava questões mais pertinentes à prática biblioteconômica.

5.3 Análise dos dados

Para a interpretação dos dados, utilizou-se o método de interpretação de sentidos (MINAYO, 2009), que inclui elementos da teoria da interpretação da cultura (CLIFFORD, 1989 apud MINAYO, 2009), hermenêutica e dialética, e análise de Bardin (1979), sistematizado em:

- a) leitura compreensiva do material selecionado – categorização dos dados coletados;
- b) exploração do material – advindos da análise documental, observação e falas dos questionários; e
- c) elaboração de síntese interpretativa – decomposição dos dados em unidades; articulando os objetivos, bases teóricas e os dados empíricos.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

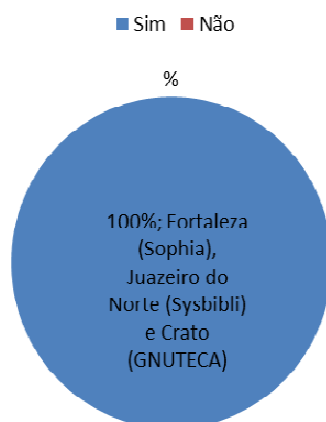
Nesta seção, apresentam-se indicadores recolhidos, estruturados de acordo com o perfil dos pesquisados – bibliotecários e diretores de ensino – das três unidades do IFCE: Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza.

6.1 Primeiro questionamento

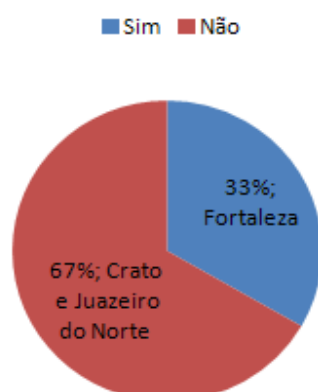
O **primeiro questionamento** direcionado aos bibliotecários investiga uma série de elementos que compõem a infraestrutura cooperativa dos serviços biblioteconômicos. A informatização das rotinas, mediante a automação, e as possibilidades infinitas advindas dos sistemas distribuídos de dados (redes) são exploradas com afincos, permeando tanto os serviços tradicionais (anteriormente limitados pelo paradigma do impresso) quanto os novos, decorrentes do advento das emergentes TIC.

O primeiro subitem (a) questiona sobre a existente *informatização das atividades e serviços* desenvolvidos pela biblioteca, enfatizada por outros dois subitens, que indagaram a presença de *acervo remoto* (b) e *software de gerenciamento de serviços de biblioteca* (c).

**Gráfico 1 – Informatização de recursos e serviços:
existência de sistema de gerenciamento de acervo**



**Gráfico 2 – Informatização de recursos e serviços:
existência de acesso remoto**



No gráfico 1, demonstra-se que as bibliotecas não usufruem, em todas as nuances, da informatização, das possibilidades do uso das TIC. A utilização de um sistema de gerenciamento de acervos é observada nos três *campi* pesquisados (100%), contudo prevalece a informatização parcial de atividades e serviços. Apenas o *campus* de Fortaleza se beneficia tanto da presença do acervo remoto quanto do *software* de gerenciamento (gráfico 2), o que indica melhores níveis de integração dos serviços, já que o acesso remoto deriva do uso de um sistema de gerenciamento de acervos.

Sem acesso remoto, o conhecimento sobre o que existe no acervo depende do comparecimento à biblioteca ou uso de outros meios de comunicação, como *e-mail* ou telefone, pelo usuário. Quando existente, o acesso remoto aos acervos facilita a comutação bibliográfica, a permuta de publicações, a normalização e levantamentos bibliográficos, entre outros.

Em nível macro, demonstram-se desigualdades tecnológicas entre as bibliotecas pesquisadas, que limitam ações cooperativas para o tratamento automatizado da informação (SANTOS, 2003; PRASAD, 2011; KRZYZANOWSKI 2007; LEMOS; MACEDO, 2003; HEALY, 2010). Estas disparidades remontam a várias fases da história da automação de bibliotecas, marcada, no seu primórdio, pela ênfase nas operações internas da biblioteca. Kochtanek e Matthews (2002) explicam que, na fase inicial, por volta da década de 1950, paralela ao desenvolvimento das tecnologias da informática, identificaram-se as operações que poderiam ser mecanizadas (serviços de controle de inventários, empréstimos,

escritório etc.) e para o compartilhamento de registros bibliográficos legíveis por máquina. Os recursos tecnológicos disponíveis otimizaram algumas funções já conhecidas da biblioteca, sobretudo o empréstimo (a mais congestionada delas), as quais ocorriam ainda de forma não integrada pela falta de padronização, cenário semelhante ao que se observa nos *campi* de Juazeiro do Norte e Crato.

A não integração dos serviços indica que parte deles ainda é realizada manualmente, tais como: empréstimos, renovações e reservas, que ocorrem de forma descentralizada. Por não compartilharem da mesma base de dados, características das configurações de *hardware* e *software* do tipo “*Stand Alone*” (BILAL, 2002), impede-se o controle da circulação de materiais entre os referidos *campi*, o que exige, por exemplo, o comparecimento do usuário na biblioteca para que possa usufruir do serviço desejado.

Identificou-se, no entanto, uma tendência de mudança deste quadro, pelo fato de que os *campi* Juazeiro do Norte e Fortaleza irão utilizar o mesmo *software* de gerenciamento da biblioteca, a partir do próximo semestre. O *campus* do Crato e os demais (com exceção de Iguatu) utilizam, atualmente, um *software* gratuito (GNUTECA[®]), adotado no IFCE como alternativa para as bibliotecas que ainda não conseguiram adquirir um *software* de sua escolha. Em geral, as versões de *softwares* sem ônus para o usuário oferecem serviços limitados, sendo, portanto, inapropriadas para amplos sistemas de bibliotecas, como é o caso do IFCE.

A informatização das rotinas biblioteconômicas é fator preponderante para promoção de ações cooperativas, representando igualdade de oportunidade entre as bibliotecas pesquisadas para dinamização e, conseqüentemente, melhoria dos serviços.

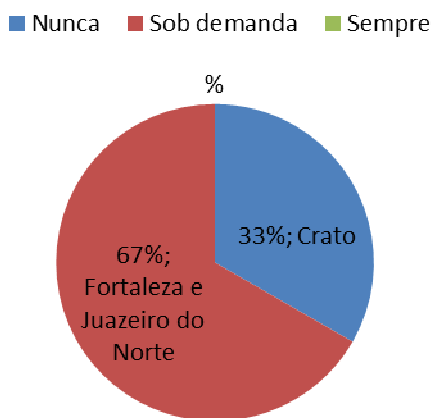
O quarto subitem (d) investigou outros *aspectos cooperativos*, pela indagação da existência de serviços e recursos de informação, bem como a frequência em que ocorrem. Tais serviços foram escolhidos com base na literatura corrente e nos *sites* de cinco representativos sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras: da UFC, PUC-Rio Grande do Sul, USP, UNICAMP e UFMG, totalizando-se 14 serviços, a saber: empréstimo domiciliar compartilhado, catalogação compartilhada, catalogação na fonte, vocabulário controlado, comutação bibliográfica, compra conjunta em licitações, treinamentos / capacitação de usuários, treinamentos / capacitação de servidores das bibliotecas, normalização bibliográfica,

levantamento bibliográfico, intercâmbio de publicações (permuta), repositório institucional, boletim informativo e cooperação com órgãos externos.

Em cada um dos serviços, o pesquisado expressou, mediante escala, três possibilidades de frequência, baseada no modelo sugerido por Marconi e Lakatos (2002), em que: a ocorrência “*sempre*” demonstra a realização do serviço de forma constante; a ocorrência “*sob demanda*”, caracteriza realização inconstante, eventual; e, a ocorrência “*nunca*” representa a inexistência do serviço na biblioteca pesquisada.

O primeiro serviço analisado foi o **empréstimo domiciliar compartilhado**: aquele que dá aos usuários a possibilidade de realizar empréstimos em qualquer uma das bibliotecas que compõem um mesmo sistema ou rede de cooperação e adotam um só *software* de gerenciamento do acervo, que permite o acesso em tempo real aos dados dos usuários e a circulação dos materiais informacionais.

Gráfico 3 – Empréstimo domiciliar compartilhado



Segundo o gráfico 3, duas das bibliotecas pesquisadas, Fortaleza e Juazeiro do Norte, afirmam realizar o empréstimo compartilhado por demanda (67%). No Crato, este serviço não ocorre. A falta de unicidade da infraestrutura tecnológica, já observada nos primeiros dados desta pesquisa, explicam o oferecimento limitado deste serviço para a comunidade acadêmica do IFCE.

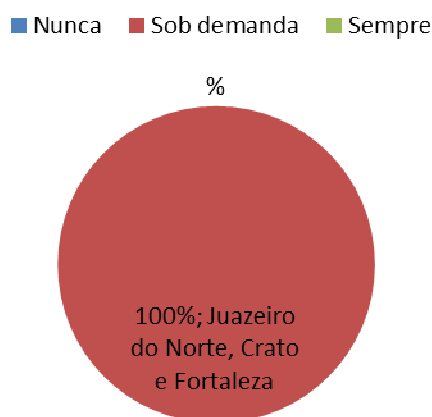
Este fato expressa dificuldades tanto para quem gerencia o acervo como para os usuários. Para os que trabalham na biblioteca, busca-se atender a demanda de um público cada vez mais desterritorializado, que busca a conveniência da mobilidade dos serviços biblioteconômicos ao passo das modernas tecnologias da

informação e comunicação, o que exige um acervo maior e mais eficiência no controle de empréstimos. Para o usuário, torna-se necessário realizar um cadastro em cada biblioteca, pela não integração das bases de dados das bibliotecas pesquisadas. Em geral, quem procura o empréstimo compartilhado são, professores de novos *campi*, cujas bibliotecas ainda são deficientes na completude dos seus acervos, por não existirem as obras demandadas ou por estarem em fase de implantação/organização/tratamento técnico.

Por outro lado, no caso das redes de bibliotecas universitárias que possuem um *software* padrão para o gerenciamento de todas as bibliotecas, o usuário faz o cadastro somente uma vez, passando a fazer parte do sistema de bibliotecas daquela instituição e não de um *campi* apenas. Também o controle de circulação das obras é sobremodo facilitado, independentemente dos tamanhos do público e acervos.

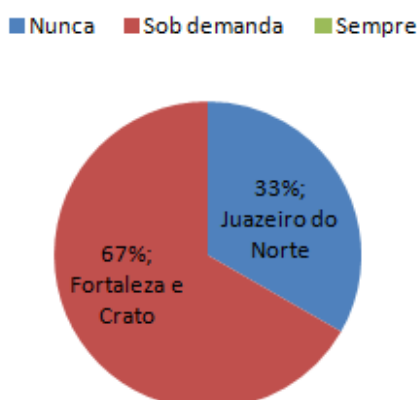
O próximo item investigado foi a catalogação compartilhada, primeiro serviço que vem à mente dos bibliotecários quando se fala em cooperação, pois representa o pioneirismo dos catalogadores brasileiros e da América Latina, ainda na década de 1940 (FUNDAÇÃO..., 2012). Com base nos formatos de catalogação legíveis por computador incorporados aos *softwares* de gerenciamento de bibliotecas, a catalogação, um processo caro, pois exige tempo e pessoal qualificado, passou a ser feita uma só vez, alimentando grandes bases de dados, disponibilizadas para as bibliotecas que fazem parte da rede de cooperação. A catalogação consiste na descrição dos dados de identificação das obras, tais como autor, título, local, editora e outros.

Gráfico 4 – Catalogação compartilhada



Em todas as bibliotecas, verifica-se que a **catalogação compartilhada** acontece sob demanda (gráfico 4). No *campus* de Fortaleza, observa-se que o *software* de gerenciamento da biblioteca oferece aos bibliotecários que compartilham deste recurso a possibilidade de padronização dos seus processos de descrição física da informação, mas o serviço não é ou é pouco explorado pelo conjunto de bibliotecas do IFCE. As bibliotecas do interior, no intento de suprir necessidades básicas e otimizar o tratamento técnico das informações, beneficiam-se de ferramentas não formalizadas, como o OPAC (Catálogos *online*) da sede Fortaleza, biblioteca que exprime o melhor cenário tecnológico para a padronização de catalogação da instituição.

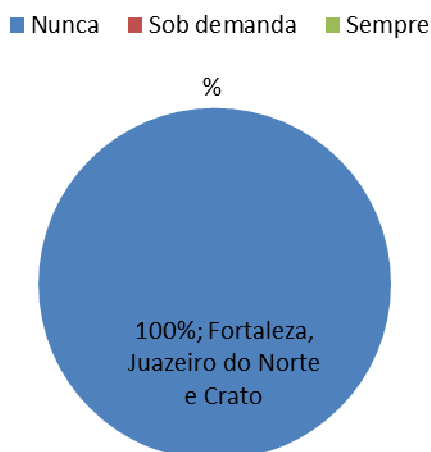
Outro item analisado foi a **catalogação na fonte**, que consiste na elaboração de fichas catalográficas para a produção científica da instituição. Pode ser desenvolvido em cooperação com editoras e Biblioteca Nacional, ou mesmo em cooperação com as bibliotecas da instituição.

Gráfico 5 – Catalogação na fonte

Como mostra o gráfico 5, a catalogação na fonte ocorre sob demanda nas bibliotecas de Fortaleza e Crato, mas não acontece em Juazeiro do Norte. A falta de padronização da catalogação na fonte não ocasiona apenas a duplicação de esforços, como também fere a consistência institucional da descrição dos documentos produzidos e editados pela instituição junto à agência nacional bibliográfica, a Biblioteca Nacional.

Adentrando as especificidades da análise descritiva e temática da informação, investigou-se a atenção institucional para um vocabulário controlado cooperativo, lista de assuntos para a indexação de obras de uma rede de bibliotecas. Este recurso torna os sistemas de recuperação da informação mais eficientes ante as problemáticas da representação do conhecimento, representado por linguagens naturais, que são, por natureza, polissêmicas e com vasto campo semântico.

Gráfico 6 – Vocabulário controlado compartilhado



Não atentar para o controle de autoridade de assuntos, observado em todas as unidades pesquisadas (Gráfico 6), indica que essas bibliotecas trabalham na contramão da moderna tendência de organização informacional, cada vez mais globalizadas.

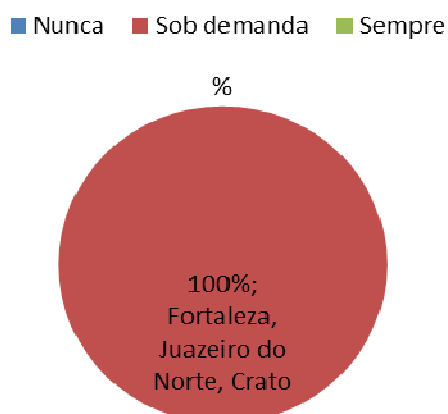
Outro item pesquisado foi a **comutação bibliográfica**, que consiste na localização e busca de fontes de informação não disponíveis no acervo local. No Brasil, o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), oferecido pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia é referência em cooperação, pois permite a obtenção de cópias de documentos científicos localizados em bibliotecas nacionais e internacionais, respeitando a Lei de Direitos Autorais. Existe desde 1980 e, atualmente, passa por adaptações às novas tecnologias de informação e comunicação (IBICT, 2013).

Gráfico 7 – Comutação bibliográfica



De acordo com o gráfico 7, mais uma vez se constata a inexistência de um serviço entre as bibliotecas pesquisadas: desta feita, quanto à comutação bibliográfica (100%), o que pode privar os usuários do acesso à informação não suprida pelas modernas bases de dados bibliográficas *online*.

No âmbito da aquisição, investigou-se a **compra conjunta em licitações**, entendida como a prática de compra em conjunto por órgãos públicos, para redução dos preços de contratos. Pode ocorrer visando à aquisição de vários produtos e serviços, como equipamentos, mobiliários e acervos para as bibliotecas (*softwares*, livros impressos, bases de dados, periódicos eletrônicos e outros).

Gráfico 8 – Compra conjunta em licitações

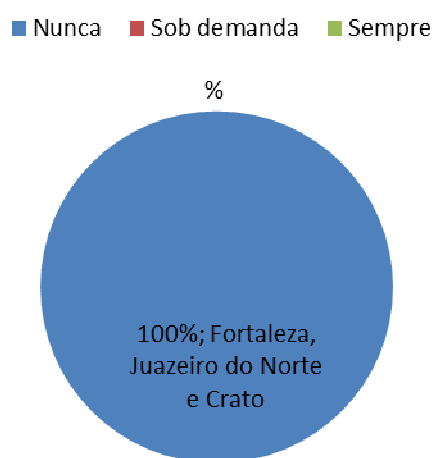
No IFCE as bibliotecas não executam compras, mas enviam as listas de demandas para o setor responsável pela realização do processo licitatório em seu *campus*. Possivelmente, por essa razão os pesquisados optaram pela frequência “sob demanda”, verificada no gráfico 8. Segundo o Departamento de Administração do *campus* Juazeiro do Norte, todavia, atualmente, no IFCE, há uma política advinda da Reitoria, em que, a cada ano, são escolhidos alguns *campi* que se responsabilizarão pela execução das licitações que atenderão todo o IFCE (informação verbal). Trata-se, pois, de uma ação institucional formal, que foge ao controle da biblioteca, mas é muito benéfica para este e outros setores da organização.

A compra conjunta é um recurso que contribui significativamente para a redução de custos, celeridade e eficiência dos processos de compra que, em geral, são complexos e demorados. A centralização das aquisições por compra contribui para suprir problemas conjunturais em nível local, onde há número reduzido de servidores, impossibilitados de analisar, com o nível de detalhamento exigido, grandes quantidades de obras.

No cenário ideal, a aquisição é realizada de forma centralizada, por setor específico do sistema/rede de cooperação de bibliotecas. Por exemplo, no sistema de bibliotecas da UFC, cada unidade direciona suas demandas para a Divisão de Desenvolvimento do Acervo, situado em Fortaleza, que efetua as compras e distribui às bibliotecas do sistema na Capital e no Interior (informação verbal).

Das atividades administrativas da biblioteca, transpôs-se o próximo item para os **treinamentos e/ou capacitação de usuários**. Considera-se treinamento o espaço de aprendizagem para o desenvolvimento (ou capacitação) de competências em informação. Envolve habilidades específicas em informação não aprofundadas pelo ensino tradicional, oferecendo conteúdos de acordo com demandas específicas (DUNAWAY; ORBLYCH, 2011; STERN; KAUR, 2010).

Gráfico 9 – Treinamentos/capacitação de usuários



A não existência de uma ação mais ampla para os treinamentos, demonstrada por todas as bibliotecas pesquisadas, como mostra o gráfico 9, confirma que a função educacional da biblioteca ocorre de forma restrita, isto é, limitando-se à apresentação dos serviços e recursos das bibliotecas ao público recém-chegado (em geral, no início de cada semestre). Se fossem realizados em cooperação, poderia ser expandido o conjunto de serviços, os conteúdos seriam mais aprofundados e atingiriam um maior número de usuários, com menores recursos humanos e equipamentos.

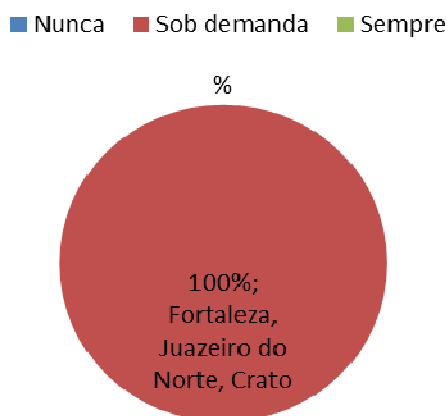
Os treinamentos e capacitação de servidores das bibliotecas em seminários, cursos, fóruns e outros eventos preparados em cooperação trazem amplos ganhos para as bibliotecas. Dentre os processos de cooperação apresentados por Franco (2007), tanto a cooperação exploratória quanto a estratégica têm como objetivos principais o desenvolvimento de competências e a

aprendizagem organizacional. A troca de competências é um dos objetivos e benefícios mais almejados pelas instituições que decidem cooperar. (MATTOS et al, 2011; AUSTIN, 2011).

Cabe às organizações promoverem políticas de aprendizagem, a fim de conduzi-rem seus recursos humanos ao desenvolvimento das competências necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Carbone et al (2006, p. 44), “a pessoa expressa competência quando gera um resultado no trabalho, decorrente da aplicação conjunta de conhecimentos, habilidades, e atitudes – os três recursos ou dimensões da competência”. Promover competências em informação é o papel das bibliotecas acadêmicas, tanto para os usuários quanto para os servidores.

Neste sentido, abordou-se no item seguinte a existência de **treinamentos e capacitação de servidores em cooperação**.

Gráfico 10 – Treinamentos/capacitação de servidores

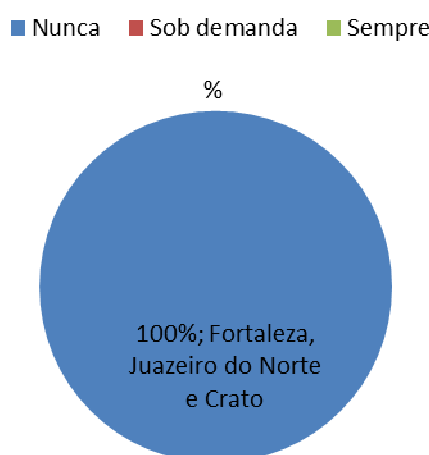


No IFCE, os bibliotecários-coordenadores indicam ao setor de recursos humanos do seu *campus* os possíveis treinamentos e cursos de capacitação ou qualificação, direcionados ao quadro funcional das bibliotecas, fato que pode explicar a totalidade dos pesquisados indicarem que esta ação ocorre sob demanda (Gráfico 10). Até o momento, observa-se que encontros e reuniões dos bibliotecários do IFCE acontecem nem sempre com a visão ampla dos benefícios dos

treinamentos. Eventualmente, há iniciativas particulares para capacitação dos bibliotecários que abrangem participação conjunta em eventos da área, criação e participação em grupos de estudos, produção de trabalhos científicos e busca de qualificação em nível de mestrado e doutorado, ficando cada um sujeito à disponibilidade financeira e liberação de seus respectivos *campi*.

Outro item pesquisado foi a realização cooperativa de orientação ao usuário quanto à **normalização bibliográfica**. Apesar da existência de órgão específico para este fim, representado no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os sistemas de bibliotecas elaboram guias que objetivam apoiar o uso das normas técnicas brasileiras para organização e padronização de trabalhos acadêmicos. Exemplo disso são os manuais da UFC e UFMG.

Gráfico 11 – Normalização bibliográfica

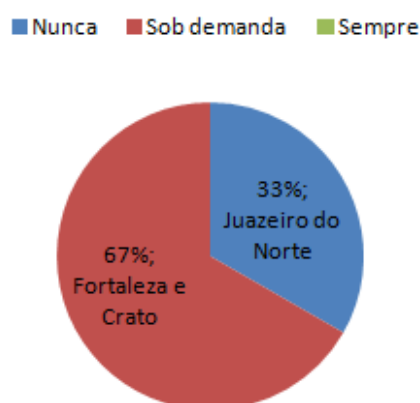


A preparação destas obras demanda tempo, equipe qualificada e requer atualização constante, cenário não observado nas bibliotecas pesquisadas, fato que pode explicar a inexistência deste serviço (Gráfico 11). Uma vez elaborados, os manuais são disponibilizados para toda a comunidade acadêmica, servindo tanto aos próprios bibliotecários (como material de apoio para realização dos atendimentos nas bibliotecas), quanto aos usuários que desejarem fazer uso do material sem intermediação profissional.

No plano local, além da disponibilização das normas da ABNT, *softwares* que permitem a importação de referências bibliográficas da *web* e de bases de dados para editores de texto podem suprir a demanda inexistente dos referidos guias.

Ainda na referência, investigou-se a existência do **levantamento bibliográfico**, que consiste numa varredura minuciosa sobre todas as referências disponíveis a respeito de determinado assunto. Trata-se de um serviço amplamente aceito por usuários em fase inicial de qualquer trabalho acadêmico.

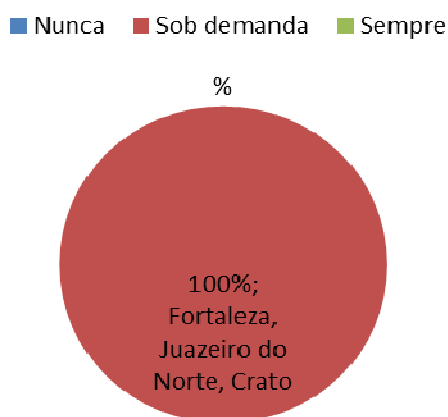
Gráfico 12 – Levantamento bibliográfico



Desenvolvido em cooperação, o levantamento bibliográfico torna-se mais eficiente, pois ele exige conhecimento especializado e tempo, pessoal muitas vezes não disponível nas bibliotecas pesquisadas, as quais 67% indicaram não realizar este serviço ou realizá-lo de maneira informal, de forma não coordenada (gráfico 12).

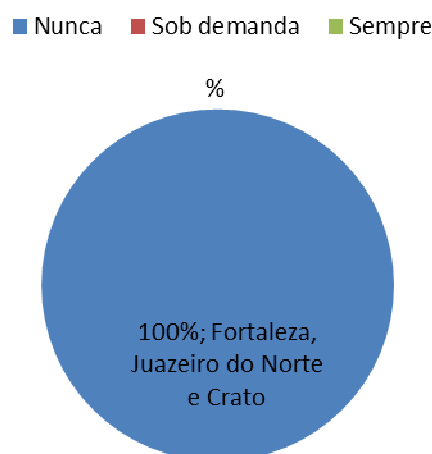
Outro item pesquisado foi o **intercâmbio de publicações ou permuta**, inseridos no âmbito da prática de doações entre bibliotecas. Pode ocorrer entre as bibliotecas da mesma instituição, ou entre estas e órgãos externos. Em algumas universidades, como a UFC, o setor de intercâmbio divulga e distribui obras editadas pela editora da Universidade para diversas entidades no Brasil e Exterior.

Gráfico 13 – Intercâmbio de publicações ou permuta



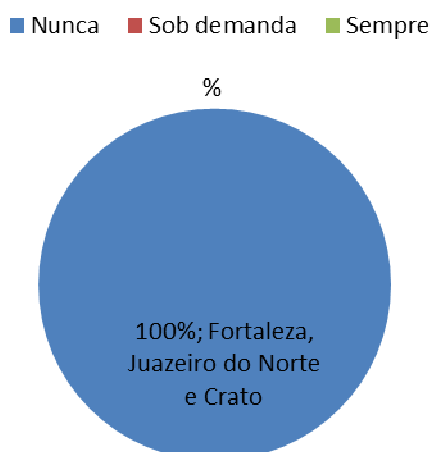
O gráfico 13 destaca que nas bibliotecas de Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza há intercâmbio de publicações ou permuta, sob demanda. Frequentemente, as bibliotecas são agraciadas com doações por parte de instituições locais e nacionais, autores que querem divulgar suas obras, professores, servidores e alunos e o intercâmbio/permuta é uma forma de estender estes acervos a outras bibliotecas, sobretudo no caso de obras especializadas. É um serviço deveras cooperativo, que serve de elo entre bibliotecas, entre bibliotecas e usuários e muito contribui para a difusão do conhecimento.

Outro item pesquisado foi a existência de um **repositório institucional**, prática que se tornou comum nas universidades brasileiras, facilitada pelo advento das TIC. Trata-se de um conjunto de serviços focado no armazenamento/preservação e disseminação da produção científica de uma instituição. É um trabalho essencialmente cooperativo, coletando-se os mais variados tipos de documentos: teses, dissertações, monografias, artigos, capítulos de livros, livros, notas de aula e outros.

Gráfico 14 – Repositório institucional

O gráfico 14 demonstra que não há repositório institucional nas bibliotecas do IFCE Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza.

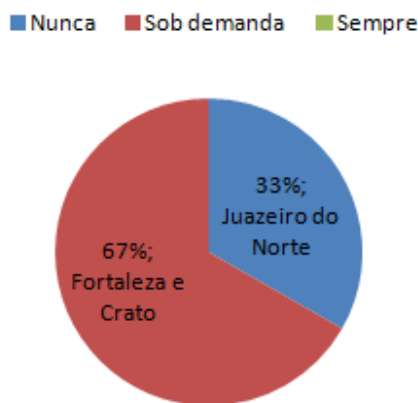
Outro item investigado foi a elaboração de **Boletim informativo**, considerado uma excelente ferramenta para promover a integração entre bibliotecas, especialmente no caso de organizações com um grande número de unidades, como o IFCE. Através deste canal de comunicação, possibilita-se a produção de matérias sobre cada realidade e para a troca de ideias, entre bibliotecas, e divulgação dos serviços prestados à comunidade acadêmica. Contribui também para tornar o sistema de biblioteca visível ao público usuário e mantenedores.

Gráfico 15 – Boletim informativo

Como mostra o gráfico 15, constatou-se que os *campi* Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza não realizam boletins informativos em cooperação.

Por último, foram investigadas formas de **cooperação entre as bibliotecas do IFCE e órgãos externos à Instituição**. Procurou-se identificar acordos e parcerias firmados com prefeituras, escolas, empresas e outras organizações congêneres, que possam ajudar as bibliotecas pesquisadas em seu propósito de difusão do conhecimento. Na inteligência de Austin (2001, p. 10), as organizações precisam “olhar para além de suas próprias paredes, e descobrir parceiros que possam ajudá-los a atingir resultados mais amplos e a construir comunidades vitais para enfrentar os desafios a sua frente”. E acrescenta que, mesmo não havendo compatibilidade estratégica óbvia, é possível descobrir objetivos em comum pelos quais coopera.

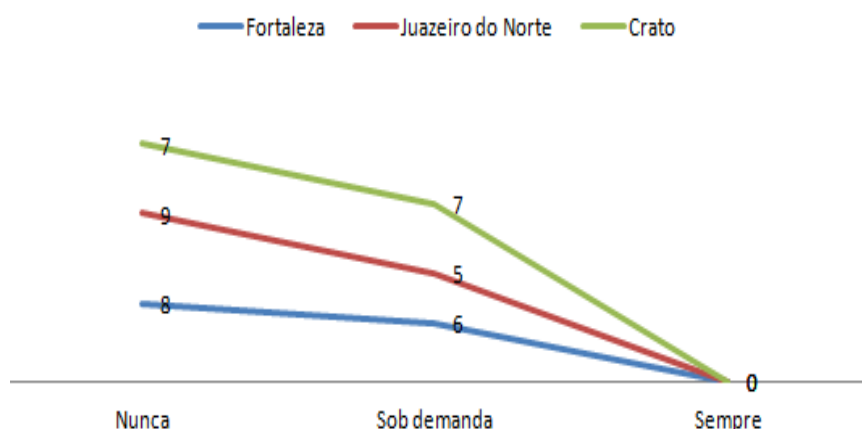
Gráfico 16 – Cooperação externa



Os dados levantados no gráfico 16 mostram que o *campus* Crato realiza sob demanda a cooperação com órgãos externos ao IFCE, o que não ocorre com Juazeiro do Norte e Fortaleza. Os órgãos públicos estão sujeitos a rigorosas exigências e legislação, de acordo com as parcerias que decidam estabelecer, principalmente, em se tratando de entidades privadas sem fins lucrativos. Nesse sentido, a celebração de convênios ocorre mediante o amparo jurídico, e demanda pessoal específico para este fim, cenário não encontrado nas bibliotecas pesquisadas, que possuem, na sua maioria, apenas um profissional, responsável pelos diversos setores da biblioteca.

Dos catorze serviços averiguados nas bibliotecas do IFCE Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza, nenhum ocorre de forma constante: 06 não ocorrem e os outros 09, quando são constatados, acontecem apenas sob demanda, como expõe o gráfico 17.

Gráfico 17 – Frequência total dos serviços cooperativos nas bibliotecas pesquisadas



Este fato indica que a cooperação não se mostra como uma política formal da instituição. Os serviços existentes, caracterizados como cooperativos, são realizados, atualmente, por iniciativas aleatórias/inconsistentes, refletindo mais o modelo de cooperação improvisada do que estratégica. No entendimento de vários autores, como Franco (2007); Austin (2001) e Carrato-Mena (2010); esta última é o tipo ideal de cooperação, pois é fruto de reflexão e planejamento e, por esse motivo, mais sólida e passível de sustentabilidade.

6.2 Outros questionamentos

Os demais questionamentos foram direcionados tanto aos bibliotecários, (coordenadores de bibliotecas) quanto aos diretores de ensino do IFCE e investigaram a percepção dos pesquisados sobre a cooperação biblioteconômica. O próximo **questionamento** solicita a opinião sobre a afirmação de que os trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE poderiam melhorar a eficiência dos

serviços informacionais oferecidos à comunidade acadêmica. Os quadros 5 e 6 expressam os depoimentos obtidos.

Quadro 5 – A cooperação como benefício para as bibliotecas do IFCE na percepção dos bibliotecários

Pesquisado	Declaração
B1	“Com toda certeza! E agora com a criação do Sistema de Bibliotecas do IFCE a cooperação entre os campi vai ficar bem mais eficiente. Com a padronização de treinamentos aos usuários com definições de datas correlatas, confecção do material gráfico de divulgação das bibliotecas comum para todos os campi, eventos, sistema de gerenciamento de bibliotecas comum a todos os campi, com um catálogo coletivo e com a catalogação compartilhada, entre outros”.
B2	“Sim, sem dúvida. A catalogação compartilhada e um vocabulário controlado da instituição tornariam a catalogação mais rápida e padronizada, redundando em mais obras sendo disponibilizadas aos usuários por ano e numa recuperação da informação com mais qualidade; O manual de normalização do IFCE facilitaria a difusão do conhecimento e produção acadêmica; Os servidores que trabalham nas bibliotecas poderiam ser melhor capacitados, as compras compartilhadas trariam mais obras para os acervos”.
B3	“Sim. Trazendo padronização e conseqüente qualidade aos serviços”.

Os depoimentos do quadro 5 demonstram atitude positiva para a cooperação no discurso dos bibliotecários investigados, que expressam expectativas de padronização, rapidez e qualidade na execução dos serviços de informação. B1 demonstra a provável criação do Sistema de Bibliotecas do IFCE, como elemento facilitador de ações conjuntas entre as bibliotecas da instituição, mediante a educação de usuários, *marketing* e OPAC. Já B2 exprime o seu anseio pela cooperação biblioteconômica como forma de otimizar as operações internas da biblioteca, especificamente no tratamento técnico da informação, bem como no modo de atualização do acervo e apoio consultivo na padronização da produção acadêmica. A capacitação do *staff* das bibliotecas, para, e como fruto, da

cooperação é também lembrada por B2. B3, de modo mais resumido, condiciona a padronização à qualidade dos serviços prestados pela biblioteca.

Observa-se nas falas dos bibliotecários respondentes a mesma necessidade de padronização e otimização dos processos informacionais que levou bibliotecários brasileiros às primeiras iniciativas de cooperação, diante do crescimento informacional, do alto valor da informação e das necessidades urgentes de acesso à informação decorrentes dos avanços tecnológicos vivenciados por volta de 1960, como citado por Prasad (2011) e Krzyzanowski (2007). Comprova-se mais uma vez o que a literatura destacou quanto à árdua jornada percorrida pelas bibliotecas acadêmicas brasileiras, marcada pela ausência de políticas nacionais de informação, dificuldades de inovação, estagnações e cortes orçamentários, apesar de sempre terem sido consideradas essenciais, principalmente, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão (MIRANDA, 2004; AMORIM; VERGUEIRO, 2006; HEALY, 2010; GOODLUCK, 2012; BURKE, 2010;).

O compartilhamento de acervos entre diversos órgãos, inclusive entre as bibliotecas do IFCE e das universidades, foram o grande benefício da cooperação citado pelos diretores de ensino inquiridos, como se vê no quadro 6. O fato aponta para a necessidade de maior diálogo entre os bibliotecários e estes que são seus superiores, no intuito de esclarecerem as diversas opções de serviços cooperativos (já referidos neste trabalho), possíveis de desenvolvimento pelas bibliotecas e de busca de apoio para efetivação dos acordos de cooperação que tencionarem implementar.

Quadro 6 – A cooperação como benefício para as bibliotecas do IFCE na percepção dos diretores de ensino

Pesquisado	Declaração
DE1	“Um dos caminhos é a democratização da informação, onde, por meio do cooperativismo entre os diversos órgãos que detêm o conhecimento, compartilhe todo acervo para comunidades acadêmicas menos favorecidas, dando acesso a todos ao conhecimento pleno e atualizado”.
DE2	“Sim. Quando isso ocorre de maneira organizada, tem-se um ganho para todas as bibliotecas. O IFCE poderia, além disso, realizar ações cooperativas com as bibliotecas das universidades (rede federal). O aluno poderia então, usufruir na verdade, de todos os acervos virtuais em qualquer <i>campus</i> ”.
DE3	Não respondeu.

O **segundo questionamento** em comum entre bibliotecários e diretores de ensino investigou o conhecimento de ações planejadas em nível estratégico que intentam promover a cooperação entre as bibliotecas do IFCE. Deste modo, procurou-se demonstrar a existência de políticas formais de cooperação biblioteconômica na óptica dos pesquisados.

Quadro 7 – Ações de cooperação planejadas em nível estratégico no IFCE, na visão dos bibliotecários

Pesquisado	Declaração
B1	“Planejadas em nível estratégico não. O que acontece é quando tenho uma ideia, coloco para os colegas bibliotecários-gestores dos outros campi e aí se der certo acontece uma parceria naquela determinada ação. Mas acredito que com a implantação do Sistema de Bibliotecas do IFCE essa realidade mude, e facilite a cooperação entre todos os campi”.
B2	“Não. Porém, a ação mais importante a ser realizada este ano, que é a implantação do Sophia, <i>software</i> de gerenciamento da biblioteca (o mesmo utilizado pelo campus Fortaleza), já foi intencional, visando facilitar a cooperação entre ambas as bibliotecas quanto à catalogação compartilhada e quem sabe entre as outras bibliotecas do IFCE caso venham a adotar o mesmo <i>software</i> . No nível estratégico espero que a criação do sistemas de bibliotecas do IFCE se concretize, porque assim as bibliotecas terão condições reais de cooperação”.
B3	“Não. Mas, existe um início do debate entre todos os bibliotecários para criação do sistema de bibliotecas. A primeira conquista nesse sentido foi a criação do Departamento de Bibliotecas do IFCE, que está elaborando um diagnóstico de todas as bibliotecas para em seguida serem implementadas as ações comuns”.

Unanimemente, constatou-se nas declarações a não ocorrência de ações cooperativas estratégicas entre as bibliotecas pesquisadas. Resta claro que a criação do sistema de bibliotecas do IFCE não constitui ação planejada estrategicamente, pois as falas demonstram incerteza a esse respeito: B1 “acredita” que, sendo implantado, o sistema promova a cooperação entre as bibliotecas; B2 “espera que se concretize” e B3 diz que o debate sobre o assunto está no “início”, apenas entre os bibliotecários.

A opinião de B1, quando admite partilhar ideias com os colegas bibliotecários, buscando apoio para a realização de seus projetos, evidencia traços da cooperação como processo psicossocial, citado por Thiollent (2008), no qual se busca a interação com outras pessoas ou grupos na forma de “ajuda mútua, compartilhamento de esforços, informações ou recursos”. Remonta, ainda, aos primeiros estudos da cooperação, com Chester Barnard, que registram a busca do homem para se associar como forma de superar limitações, passo essencial na constituição dos grupos sociais e das organizações.

Vê-se uma ação concreta de B2, ao buscar a cooperação com o *campus* Fortaleza (o primeiro do IFCE), mediante a compra do mesmo *software* de gerenciamento do acervo já utilizado. Em várias universidades (UFC, USP, UFMG, UTFPr), a integração das bibliotecas foi favorecida pelo uso do *software* em comum, mas, no contexto organizacional de um sistema de bibliotecas já constituído, que não é o caso do IFCE. Posteriormente, deve-se investigar de que forma este processo se efetivou e até que ponto promoveu ou não a cooperação almejada.

De acordo com B3, a realidade de um sistema iniciou com a implantação do Departamento de Bibliotecas. Ressalte-se que estava em andamento entre os bibliotecários da Instituição uma proposta de criação de um sistema de bibliotecas semelhante aos existentes nas universidades federais, como órgão suplementar, ligado diretamente à Reitoria e dotado, portanto, de considerável autonomia financeira e administrativa. Desde o princípio, entretanto, a sugestão encontrou entraves burocráticos, que impediam a alteração do organograma institucional para inclusão do novo órgão. Este ano, em que se inicia uma nova gestão, foi constituído o Departamento de Bibliotecas, ligado à Pró-Reitoria de Ensino e tendo a responsabilidade de conectar e providenciar melhorias para as bibliotecas do IFCE. Até o presente, o recém-criado Departamento é formado apenas pela bibliotecária-diretora, devendo ser estruturado nos próximos meses.

No quadro 8, um dos diretores de ensino pesquisado (DE2) sustenta categoricamente a afirmação unânime dos bibliotecários de que não há ações cooperativas sendo planejadas de forma estratégica no IFCE. O outro (DE1) assevera que há, embora limitadas.

Conforme o organograma atual, as Diretorias Geral, de Ensino e Administração constituem os cargos estratégicos dos *campi* do IFCE. As bibliotecas,

por sua vez, são organizadas como coordenações pertencentes às diretorias de ensino. Ainda não está definido o novo organograma onde se insere o Departamento de Bibliotecas.

Embora, no entanto, hierarquicamente, as bibliotecas estejam em posição mais operacional do que estratégica, nos *campi*, os bibliotecários coordenadores têm a oportunidade de desempenhar muito mais do que as atividades técnicas da biblioteconomia, podendo influenciar a criação de políticas organizacionais voltadas para as bibliotecas, pois estas coordenações têm a incumbência de constituir juntamente com a Diretoria de Ensino, as demandas estratégicas para o setor, quando da elaboração dos instrumentos da gestão como PDI e PAA. Isto pode ocorrer com as ações cooperativas que, para serem efetivadas, deverão começar sendo claramente descritas nos citados documentos. Nada impede ainda que estas ações sejam formuladas com base na interação com outros setores dos *campi*, o que só tende a fortalecer a concretização dos objetivos propostos pelas bibliotecas.

Quadro 8 – Ações de cooperação planejadas em nível estratégico no IFCE, na visão dos diretores de ensino

Pesquisado	Declaração
DE1	Há, porém ainda muito limitada. Apenas o cadastro do acervo que poderá futuramente ser disponibilizado on-line para outros campi.
DE2	Não existem. Todos os contatos (formas de socializações das ações) ocorrem de maneira informal.
DE3	Não respondeu.

Finalmente, o **último questionamento** elenca limitações e oportunidades de trabalhos cooperativos, na visão de bibliotecários e diretores de ensino, conforme os quadros 9, 10, 11 e 12.

Quadro 9 – Limites para a cooperação entre bibliotecas no IFCE na perspectiva dos bibliotecários

Pesquisado	Declaração
B1	“Distância entre os <i>campi</i> ”.
B2	“A maior de todas: inexistência de um sistema de bibliotecas consolidado. As peculiaridades de cada biblioteca quanto ao público-alvo, recursos financeiros, equipamentos e servidores; A falta de mais eventos que integrem todos os servidores das bibliotecas; Dificuldades para tornar a cooperação uma política organizacional. Carência de pessoal”.
B3	“Carência de pessoal”.

Quadro 10 – Limites para a cooperação entre bibliotecas no IFCE na perspectiva dos diretores de ensino

Pesquisado	Declaração
DE1	“Falta de iniciativa pública; Falta de recursos humanos capacitados; Precariedade no acervo; Ausência de tecnologias modernas para tal fim;
DE2	“Como limitação poderá ser a falta de experiência desta prática, mas com o tempo isso será facilmente superado”.
DE3	Não respondeu.

A “distância entre os *campi*” e “as peculiaridades de cada biblioteca quanto ao público-alvo, recursos financeiros, equipamentos e servidores”, citados respectivamente por B1 e B2, como barreiras para a cooperação, podem ser superadas dentro de um processo de cooperação estratégico, que se estabelece com base na vontade que as organizações têm de cooperar, de desenvolver competências e aprendizagem, de obter experiência, inovação e modernização, na

confiança entre as partes envolvidas etc. (FRANCO, 2007; AUSTIN, 2001). Como exemplo tem-se as citadas modalidades de cooperação entre países.

Percebe-se certa relação entre as “dificuldades para tornar a cooperação uma política organizacional” e a “falta de iniciativa pública”, aludidas como limites para a cooperação, respectivamente, por B2 e DE1. As afirmações alertam para a necessidade de o administrador público ser não apenas aquele que executa políticas determinadas por um governo, mas também que participa na formulação de políticas estabelecidas com suporte nas relações com a sociedade. Com a cooperação entre as bibliotecas do IFCE, tem-se esta oportunidade (FARAH, 2011).

A execução de acordos de cooperação exige o trabalho de pessoas especializadas, inclusive em postos estratégicos das instituições parceiras. Dessa forma, a carência de pessoal, alegada por B2 e B3, é um problema maior do que a falta de pessoal capacitado, a que se refere DE1 ou de experiência em cooperação, citada por DE2, pois a cooperação estratégica começa com o estudo e a troca de informações sobre possíveis parceiros e propósitos para cooperar e consolida-se com a prática. O desenvolvimento de competências, por si, já é motivo para a busca da cooperação, como se mencionou (AUSTIN, 2001; CARBONE, 2006).

A ausência de recursos humanos ou de recursos humanos capacitados como observado por B2, B3 e DE1 (quadros 9 e 10) é aspecto comumente associados à precarização do serviço público, pois atinge desde as áreas mais especializadas, como segurança, finanças, às mais amplas, como educação. Estas dificuldades têm como consequência a sobrecarga que acomete os trabalhadores remanescentes nas organizações públicas, dificultando a execução de rotinas mínimas, bem como a modernização e inovação dos processos.

Para a mudança deste panorama e consequente qualidade dos serviços públicos, Andrade e Santos (2004, p. 5) defendem a necessidade urgente de investimentos em recursos humanos e tecnológicos por parte dos órgãos públicos. Para eles, as tecnologias de informação “oferecem possibilidades de racionalização dos processos de trabalho que podem ser utilizadas como suporte para uma nova atuação do servidor público”, pautada na administração gerencial e no desempenho das seguintes habilidades e competências:

- Visão sistêmica
- Trabalho em equipe e relacionamento interpessoal
- Planejamento
- Capacidade empreendedora

- Capacidade de adaptação e flexibilidade
- Cultura da qualidade
- Criatividade e comunicação
- Liderança, Iniciativa e dinamismo.

As declarações sobre as oportunidades para a cooperação nas bibliotecas pesquisadas (quadros 11 e 12) chamam a atenção pelo fato de ressaltarem a interação, comunicação e compromisso entre os bibliotecários, apesar da distância entre os *campi* e dos poucos encontros presenciais existentes entre os servidores, citados no tópico anterior. O diálogo ocorre por intermédio dos meios de comunicação mais acessíveis, como internet (especificamente, grupos de *e-mails*, redes sociais) e telefone, aos quais se refere B1, e evidencia-se nos trabalhos já desenvolvidos para a concretização do sistema de bibliotecas do IFCE, novamente mencionados, desta feita, por B2 e B3.

Muitos exemplos de cooperação biblioteconômica na Argentina, Espanha, Portugal e Brasil iniciaram com a cooperação profissional e amadureceram com a realização de eventos (mencionado por DE3) para discutir este e outros temas de interesse da área biblioteconômica (CARRATO-MENA, 2010; FERNÁNDEZ-ROJO, 2010, RODRÍGUEZ-PARADA, 2010; LEMOS; MACEDO, 2003).

De acordo com Austin (2001), “parceiros potenciais carecem de boas fontes de informação mútua e de meios fáceis de contato recíproco”. Informação e comunicação restam importantes, desde que surge a intenção de cooperar, estendendo-se às fases de formação até à implementação da cooperação. Inicialmente, busca-se conhecer a história, reputação, ideias, condições do mercado, influência política e outros aspectos relevantes sobre os possíveis cooperantes a fim de reduzir incertezas e abrir caminho para o estabelecimento de uma relação de confiança, a ser consolidada nas fases posteriores, quando ocorrerá a cooperação propriamente dita (FRANCO, 2001).

Quadro 11 – Oportunidades para a cooperação entre bibliotecas no IFCE segundo os bibliotecários

Pesquisado	Declaração
B1	“Uso dos meios de comunicação (como internet e telefone) para troca de ideias e ações entre os bibliotecários”.
B2	“Disposição dos colegas bibliotecários para a cooperação; A criação do Departamento de Bibliotecas do IFCE”.
B3	“O trabalho das comissões criadas para implantar o sistema de bibliotecas”.

Quadro 12 – Oportunidades para a cooperação entre bibliotecas no IFCE segundo os diretores de ensino

Pesquisado	Declaração
DE1	Não mencionada.
DE2	“Como oportunidades, vejo a boa interação que existe entre as pessoas coordenadoras das bibliotecas e a existência de bibliotecárias comprometidas com o crescimento do setor”.
DE3	“Promoção de encontros e seminários para discussão do tema”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esfera das organizações, a cooperação surge como resposta ao cenário competitivo da sociedade em rede (CASTELLS, 1999). As redes de cooperação constituem nova forma de organização, que exprime características singulares, ante as relações de mercado e hierarquias.

Discernindo este panorama de rápidas transformações sociais, econômicas e políticas, as bibliotecas das instituições de ensino superior públicas (peças fundamentais para o desenvolvimento da sociedade da informação) resolvem adotar a cooperação como alternativa para melhoria de seus serviços, em busca de eficiência perante o novo paradigma do acesso à informação, a despeito dos contextos adversos vivenciados ao longo de anos, caracterizados por limitações orçamentárias e estruturais.

Embora o conceito de cooperação evidencie a falta de clareza e dubiedade no uso do termo, muitos tipos de cooperação se verificaram ao longo dos estudos, atendendo-se ao primeiro dos objetivos específicos que se pretendeu alcançar. As modalidades de cooperação observadas aplicam-se à cooperação entre bibliotecas, o que, por si, não exprime categorias específicas. Na essência, vislumbra-se apenas a cooperação formal ou informal. Pode-se descrever como informal aquela que deriva do impulso natural do ser humano de buscar ajuda para superar limitações, sendo formal aquela que seria um aperfeiçoamento da primeira, decorrente da reflexão e adotada pelas organizações para alcançar objetivos estratégicos.

Na averiguação dos limites e oportunidade para a cooperação, concernente ao segundo objetivo específico almejado, constatou-se que, embora os entraves mencionados dificultem a cooperação, não ficou comprovada a impossibilidade da adoção de tal estratégia. Ao contrário, alguns obstáculos podem até motivar a cooperação, uma vez que se relacionam aos principais objetivos para a cooperação inventariados na literatura, como o desenvolvimento de competências e aprendizado profissional e a busca pelas modernas tecnologias de informação e comunicação.

Respondendo ao questionamento básico do estudo (em que medida se desenvolve a cooperação entre bibliotecas no IFCE e como é percebida pelos bibliotecários e diretores de ensino), a pesquisa comprovou a ausência de

cooperação formal entre os *campi* Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza. A percepção dos bibliotecários gestores de bibliotecas e dos diretores de ensino, entretanto, aprova a cooperação como estratégia possível de implantação nos *campi* pesquisados, para promover o melhoramento na oferta dos produtos das bibliotecas.

Considera-se, portanto, que os resultados obtidos apontam para o alcance dos objetivos preestabelecidos. Um alvo não alcançado foi a realização da análise documental nos instrumentos da gestão do IFCE para identificação das dimensões do uso da palavra cooperação no IFCE .

Conclui-se, outrossim, que a oferta de serviços compartilhados depende de sistemas de bibliotecas consolidados, apoiados por novas tecnologias de informação e por políticas de desenvolvimento de acervos que privilegiem as instituições como um todo, não cada *campi*, individualmente. Considerando-se a estrutura organizacional descentralizada e *multicampi* do IFCE, a criação de um sistema de bibliotecas traz consigo a possibilidade para efetivação de uma política global que reúna, organize e fortaleça as bibliotecas, a exemplo do modelo sistêmico largamente adotado nas universidades federais brasileiras.

Estas expectativas dos bibliotecários do IFCE foram transferidas para o recém-criado Departamento de Bibliotecas, cujas atribuições estão em elaboração, mas, desde já, demonstram grandes diferenças entre os sistemas de bibliotecas universitários conhecidos. O modelo existente surgiu com a Reforma Universitária (1968-1972) e a instituição dos Centros nas universidades brasileiras (UFC, UFMG...), quando se iniciou a fusão das bibliotecas de áreas afins, que mais tarde se tornaram sistemas, objetivando integrar todas as atividades e processos técnicos das diversas bibliotecas agregadas.

Diante das considerações ora expendidas, acredita-se que não restam dúvidas sobre os porquês da cooperação nos dias atuais. Segundo Verschoore Filho (2006), respondida à pergunta “Por que”, se deve questionar “Como deveríamos cooperar?” Este trabalho pretendeu avançar um pouco, nesse sentido, embora seja a primeira vez que se tratou formalmente sobre a cooperação entre bibliotecas do IFCE, além do contexto da criação do sistema de bibliotecas.

Por atuarem no ensino, pesquisa e extensão, amplia-se o conjunto de possíveis parceiros para as bibliotecas do IFCE. O órgão tem atraído a atenção de

países como Irlanda, Holanda, França, Portugal e Finlândia, ensejando a possibilidade de intercâmbios para visitas técnicas e parcerias em projetos de pesquisa (SUSANE, 2012). Cabe às bibliotecas descobrirem formas de se engajarem nessas parcerias. A cooperação deve ser motivada tendo-se em vista mais do que as atividades rotineiras e de processamento técnico da biblioteca, ou seja, incluindo uma visão geral da estratégia organizacional do IFCE. Oportunidades de cooperação técnica, financeira e científico-tecnológica devem ser exploradas.

Os órgãos públicos estão sujeitos a rigorosas exigências e legislação, conforme as parcerias que decidam estabelecer, sobretudo, quando se trata das entidades privadas sem fins lucrativos. Com efeito, ocorre a celebração de convênios baseados em instrumentos jurídicos, tais como o Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, a Lei de Responsabilidade Fiscal e outros. Os termos de cooperação estão condicionados à elaboração de planos de trabalho que exprimem a forma de execução do objeto. (INSTITUTO..., 2012). Assim, se observa na prática o que foi demonstrado na revisão de literatura, sobre a necessidade de que se estabeleçam acordos formais de cooperação, de modo a deixar claros direitos e deveres dos partícipes. A burocracia, entretanto, não pode obstaculizar a cooperação. As alianças podem começar com pequenas iniciativas e evoluir para parcerias importantes e sólidas.

REFERÊNCIAS

ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005.

AMARAL, Ana Maria Barros Maia do. O cenário da política nacional de informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.1, n.1, p.47-53, jan./dez. 1991. Disponível em: <www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/23/1337>. Acesso em: 14 maio 2013.

AMARAL, Sueli Angelica do. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1220/861>>. Acesso em: 01 out. 2010.

AMORIM, Antonio Marcos; VERGUEIRO, Waldomiro. Consórcio de bibliotecas no Brasil: um desafio à democratização do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 32-47, jan./abr. 2006.

ANDRADE, Marcos Vinicius M; SANTOS, Ana Rosa dos. Gestão de pessoas no serviço público federal: o caso do Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, XIII, Natal, 2004. Disponível em: <http://www.ndc.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=18&showall=1>. Acesso em: 18 jul. 2013.

ANDRADE, Maria Teresinha Dias de. et al. Mudanças e inovações: novo modelo de organização e gestão da biblioteca acadêmica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 311-318, set./dez. 1998. Relatos de experiências.

AUN, Marta Pinheiro. A informação e o seu papel contemporâneo na construção da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Porto Alegre. [Anais...] Porto Alegre: PUCRS – Centro de Eventos, 2000. p. 1-33.

_____. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação do convênio do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, Conselho Nacional de Pesquisa e da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AUSTIN, James E. **Parcerias**: fundamentos e benefícios para o terceiro setor. São Paulo: Futura, 2011.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti; BERAQUET, Vera Silva Marão. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo: Polis, Associação Paulista de Bibliotecários, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARRETO, Aldo de A. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://dgz.org.br/abr03/Ind_com.htm>. Acesso em: 05 out. 2009.

BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Unidades de informação sob a ótica da gestão**: protocolos de certificação para o acesso universal. 2007. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbdb/T1_A2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2010.

BESARA, Rachel.; KINSLEY, Kirsten. Academic libraries – measuring up: assessment and collaboration for student success. **New Library World**, v. 112, n. 9/10, p. 416-424, 2011.

BILAL, Dania. **Automating media centers and small libraries**: a microcomputer-based approach. 2nd ed. Greenwood Village, Colo.: Libraries Unlimited, 2002.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia aristotélica**. São Paulo: Manole, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010. v. 2.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas ementas constitucionais nºs 1/92 a 52/2006 e pelas emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Acesso à informação pública**: uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaAcessoInformacao/index.asp>>. Acesso em: 17 julho 2013.

BRIQUET DE LEMOS, Agenor. Biblioteca. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

BROADY-PRESTON, J.; LOBO, A. Measuring the quality, value and impact of academic libraries: the role of external standards. **Performance Measurement and Metrics**, v. 12, n. 2, p. 122-135, 2011.

BURKE, Rick. **Library consortia and the future of academic libraries**. New York: Neal-Schuman Publisher, 2010. Disponível em: <[http://www.neal-schuman.com/academic/Burke 2010.pdf](http://www.neal-schuman.com/academic/Burke%202010.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2012.

CARAVANTES, Geraldo. R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CARBONE, Pedro Paulo et al. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (Série Gestão de pessoas).

CARRATO-MENA, María-Antonia. Cooperação bibliotecária para um acesso global ao conhecimento. **El profesional de la informacion**, v. 19, n. 5, p. 449-454, sep./oct. 2010.

CARUSO, Anna Terezinha Ribeiro et al. O sistema de bibliotecas da UTFPR: a primeira Universidade Tecnológica Federal do Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

CHADAREVIAN, Pedro. Educação superior: a chave do desenvolvimento dos emergentes. **Opera Mundi**, São Paulo, 15 jun 12. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/22448/educacao+superior+a+chave+do+desenvolvimento+dos+emergentes.shtml> Acesso em: 17 de maio de 2013.

CHADWELL, Faye A. Assessing the Value of Academic Library Consortia. **Journal of Library Administration**, v. 51, n. 7/8, p. 645-661, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001. v. 1.

COLLETA, Teresinha das Graças; ROZENFELD, Henrique. Indicadores de desempenho para bibliotecas universitárias: definições e aplicações sob o ponto de vista da literatura. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 129-141, set./dez. 2007.

COSTA, Denys F. da. **O homem um ser social e político**. Disponível em: <<http://crioulafilosofo.blogspot.com.br/search?q=conviv%C3%Aancia>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

CYSNE, Fátima Portela. **Transferência de conhecimento entre a universidade e a indústria: uma análise nacional**. 2003. 305f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

DAWES, Sharon S. 2010. Information policy meta-principles: stewardship and usefulness. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 43., 2010, Hawaii,. **Proceedings...** Hawaii: IEEE Xplore Digital Library, 2010. Disponível em:<<http://ieeexplore.ieee.org/search/searchresult.jsp?newsearch=true&queryText=information+policy+meta-principles&x=0&y=0>>. Acesso em: 14 maio 2013.

DE FIORE, Ottaviano. **Como tornar o Brasil uma nação letrada?** Brasília: Virtual Books, 2011. Disponível em:

<http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/didaticos/como_tornar_o_brasil_uma_nacao_letrada.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, Brasília: Cortez, UNESCO, MEC, 1998.

DRAFT, Richard L. **Administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de administração**. Fortaleza: Realce, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 45, n. 3, p. 813-36, maio/jun. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf>. Acesso em 13 set 2011.

DUNAWAY, Michelle Kathleen; ORBLYCH, Michael Teague. Formative assessment: transforming information literacy instruction. **Reference Services Review**, v. 39, n. 1, 2011.

FERNÁNDEZ-ROJO, Analía. Cooperación bibliotecária em La Biblioteca Nacional Argentina. **El profesional de la informacion**, v. 19, n. 5, p. 523-528, sep./oct. 2010.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v 7, n.1, p. 9-25, jan./jun.1979.

FRANCO, Mário José Batista. Tipologia de processos de cooperação empresarial: uma investigação empírica sobre o caso português. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 149-176, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552007000300008&script=sci_arttext>. Acesso em:

FUJITA, Mariânjela S. L. A Biblioteca digital no contexto da gestão de bibliotecas universitárias: análise de aspectos conceituais e evolutivos para a organização da informação . In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2005.

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **A teoria neoclássica**: os estudos de Chester Barnard e Herbert Simon. ca2012. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/18315139/1601363097/name/17417_Historia_do_Pensamento_Administrativo_Aula_10_Volume_02.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rede Bibliodata. **Histórico**. Disponível em: <<http://www8.fgv.br/bibliodata/indexmodelo.asp?modelo=quemsomos.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

GADELHA, Severina. **Educação profissional com compromisso social**. Fortaleza: IFCE, 2009.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 2-11, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013.

GALDEANO, Luzia Elaine; ROSSI, Lúcia Aparecida; ZAGO, Márcia Maria Fontão. Roteiro instrucional para elaboração de um estudo de caso clínico. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 371-375, maio/junho. 2003.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política. **Revista Internacional de Estudos Políticos**. NUSEG/UERJ, v.1, n.1, p.67-93, abr. 1999.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000213/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-582.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2010.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012

GOODLUCK, Ifijeh. Sustainable consortium building among university libraries in Nigeria: Adoption of new strategies. **The International Information & Library Review**, v. 44, p. 8-12, 2012.

HEALY, Annette M. Increasing the Visibility of the Library within the Academic Research Enterprise. **Library Scholarly Publications**, n. 40, 2010.

HESELBEIN, Frances; WHITEHEAD, John C. Prólogo. In: AUSTIN, James E. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robinson E. **Administração estratégica**. São Paulo: Thomson, 2008.

IBICT. **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut)**: histórico. 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20programa-de-comutacao-bibliografica-%28comut%29/historico>>. Acesso em: 10 julho 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Concepção e diretrizes**. [S.l.]: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/documentos/concepcao_diretrizes_institutos_federais.pdf>. Acesso em: 01 maio 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Convênios**. 2012. Disponível em: <<http://www.cefetce.br/informacao/perguntas-frequentes/convenios.html>>. Acesso em: 28 set. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Documentos institucionais. **Estatuto**. expansão. Disponível em: <<http://www.ifce.edu.br/instituicao/sobre-nos.html>>. Acesso em: 17 julho 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Institucional. **Campus**. Disponível em: <<http://www.eafrato.gov.br/institucional/campi/sobre-o-campus.html>>. Acesso em: 01 maio 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sobre nós. **Expansão**. Disponível em: <<http://www.ifce.edu.br/instituicao/sobre-nos.html>>. Acesso em: 01 maio 2013.

JACKSON, Mildred. L. Re-thinking positions in academic libraries. **The Bottom Line: Managing Library Finances**, v. 24, n. 1, p. 61-62, 2011.

JANTZ, Ronald C. Innovation in academic libraries: An analysis of university librarians' perspectives. **Library & Information Science Research**, v. 34, p. 3-12, 2012.

KLIX, Tatiana. Taxa de analfabetismo funcional fica estagnada entre 2009 e 2011. **Último segundo**. São Paulo, 21 set. 2012 Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-09-21/taxa-de-analfabetismo-funcional-fica-estagnada-entre-2009-e-2011.html>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

KOCHTANEK, Thomas R; MATTHEWS, Joseph R. **Library information systems: from library automation to distributed information access solutions**. Westport, Connecticut: Libraries Unlimited, A Division of Greenwood Publishing Group, 2002.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27/32>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEMO, Laura Oliva. Correia; MACEDO, Maria Clara. A cooperação entre as bibliotecas do ensino superior em Portugal: passado, presente e perspectiva futura. In: JORNADAS PORBASE: NOVOS CONTEXTOS PARA A COOPERAÇÃO, 9., Lisboa, 2003. **[Trabalhos completos]**. Disponível em: <<http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/11manha/acooperacaoentrebibliotecasdoensinosuperior.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2012.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói, Intertexto, 2000.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. "Regime" e "informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593 - 610, out. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/392/320>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

MARCELINO, Gileno Fernandes (Org.). **Gestão estratégica de universidade: a construção da FACE/UnB**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia, Ciência da Informação e Documentação, 2004.

MARCONDES, Carlos Henrique; MENDONÇA, Marília A. CARVALHO, Suzana M. Serviços via Web em bibliotecas universitárias brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 174 - 186, maio/ago. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Gilberto Andrade. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 8, jan./abr. 2008.

MÁTTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MATTHEWS, Joseph R. **Strategic planning and management for library managers**. Wesport: Libraries Unlimited, 2005.

MATTOS, Ana Maria et al. Rede de cooperação e ajuda mútua entre centros de informação e bibliotecas do consejo latino americano de escuelas de administración. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. [Anais...] Maceió, AL, 2011.

MATTOS, Ana Maria et al. Rede de cooperação e ajuda mútua entre centros de informação e bibliotecas do Consejo Latino Americano de Escuelas de Administración In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, Maceió, 2011. **Anais...** Maceió: [s.n.], 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDONÇA; Marcos Vinícius; SANTOS, Ana Rosa dos. Princípios da gestão estratégica e suas aplicações na biblioteca universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, Brasília, 2007. **Anais...** Brasília: [s.n.], 2007.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, Antonio. Biblioteca universitária no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. [**Anais...**] Niterói, RJ, 1978.
MORAES, Reginaldo C. **Políticas públicas para o ensino superior e a pesquisa: a necessária diversidade institucional.** **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1213-1222, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

OLIVEIRA, José Palazzo Moreira de. Informação, informática e sociedade. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 8, n. 4, 1994.

ORNA, Elizabeth. **Information policies: yesterday, today, tomorrow.** Journal of Information Science. n. 34, p. 547, 2008. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/content/34/4/547>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

OTRANTO, Celia Regina; PAMPLONA, Ronaldo Mendes. Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: dicotomia na educação e na sociedade brasileira. [2008]. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5. 2008. **Anais eletrônicos...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

PACHECO Eliezer (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/institucional-2/politicas-publicas-educacionais/#>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência do ensino superior: volume 1.** São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência do Ensino Superior).

PRASAD, Neelam. Synergizing the collections of libraries archives and museums for better user services. **IFLA**, v. 37, n. 3, p. 204-210, 2011.

RABELO, Odilia Clark Peres. Planejamento e formulação de objetivos em bibliotecas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 93-103, mar. 1988.

RAMOS, Paulo Baltazar. A gestão na organização de unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 1, 1996. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/483/438>. Acesso em: 20 maio 2013.

RICCI, Rudá. Responsabilidade fiscal e social. In: EDUCAÇÃO fiscal e cidadania. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, 2009.

RODRÍGUEZ-PARADA, Concepción. Bibliotecas: o longo caminho do estado natural à cooperação. **El profesional de la informacion**, v. 19, n. 5, p. 457-462, sep./oct. 2010.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA; Maria das Graças; CARVALHO, Maria Isabel Valladão de Carvalho (Orgs). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Luciano Costa; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; VARVAKIS, Gregorio. Gerenciando processos de serviços em bibliotecas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.

SCHOMMER, Paula Chies. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 7, n. 19, 2000. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=45>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

SCHWARZELMÜLLER, Anna Friederica; GESTEIRA, Ivana A. Lins; BULCÃO, Marivaldina. **Políticas públicas de informação no Brasil**: Norte, Nordeste, Centro-Oeste. 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000561/01/Pol%C3%ADticas_p%C3%ABlicas_de_informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 30 set. 2010.

SILVA, Adailton. A interrupção do programa Socinfo. **Luis Nassif On Line**, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-interruptao-do-programa-socinfo>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

SILVA, Darly Henriques da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Revista Brasileira de Política Internacional. int.**, v. 50, n. 1, jun. 2007. p. 5-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SOUSA, Antonia de Abreu; LIMA, Cláudio Ricardo Gomes de; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 45.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Porto Alegre, **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

STONER, James. A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

STERN Caroline ; KAUR, Trishanjit. International Perspectives on information literacy and e-skills. **The International Information & Library Review**. v. 42, n. 2, jun. 2010, p. 69-74.

SUSANE, Deborah. **Instituto Federal do Ceará destaca-se em encontro na Finlândia**. Disponível em: <<http://www.ifce.edu.br/8-noticias/releases-para-a-imprensa/661-instituto-federal-do-ceara-destaca-se-em-encontro-na-finlandia.html>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

TARAPANOFF, Kira. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-59, jan./abr. 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1220/861>>. Acesso em: 01 out. 2010.

_____. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1220/861>>. Acesso em: 01 out. 2010.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

THIOLLENT, Michel Jean-Marrie. O estudo da cooperação no âmbito da engenharia de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. [Trabalhos completos]. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STO_078_544_10705.pdf>. Acesso em: 12 ago 2012.

TOMÁÉL, Maria. Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 10, n. 1/2, jan./dez. 2005.

VANDERKEST, Egbert J. Sánchez. Políticas de información: políticas de servicios bibliotecarios y de información. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 23, n. 49, p. 7-10, sep/dic., 2009.

VERSCHOORE FILHO, Jorge Renato de Souza. **Redes de cooperação interorganizacionais**: a identificação dos atributos e benefícios para um modelo de gestão. 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WEINBERGER, David. **A nova desordem digital**: os novos princípios que estão reinventando os negócios, a educação, a política, a ciência e a cultura. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1

QUESTIONÁRIO 1 – BIBLIOTECÁRIOS-GESTORES

Prezado(a) Colega Bibliotecário(a)-Gestor(a),

Estou desenvolvendo uma pesquisa em nível de mestrado que visa a identificar, com base na percepção de bibliotecários/gestores de bibliotecas no IFCE, os limites e oportunidades para ensejar ações cooperativas entre as bibliotecas desta instituição. Agradeço desde já a sua participação neste estudo, ressaltando que todas as respostas serão tratadas na mais estrita confidência e que estará garantido o seu anonimato. Qualquer dúvida, por favor, contate-me: ligia@ifce.edu.br

1. Informatização dos serviços:

a) Acervo remoto: () sim () não

b) Software de gerenciamento da biblioteca: _____

c) Serviços cooperativos realizados:

Marcar com “X” os serviços de acordo com a frequência em que ocorrem:

SERVIÇOS	QUANDO OCORRE?		
	Sempre	Sob demanda	Nunca
Empréstimo domiciliar compartilhado*			
Catálogo compartilhado			
Catálogo na fonte			
Vocabulário controlado			
Comutação bibliográfica			
Compra conjunta em licitações (inclui mobiliários, equipamentos, softwares, livros impressos, bases de dados e periódicos eletrônicos e outros)			
Treinamentos / capacitação de usuários			
Treinamentos / capacitação de servidores das bibliotecas			
Normalização bibliográfica			
Levantamento bibliográfico			
Intercâmbio de publicações (permuta)			
Repositório institucional			
Boletim Informativo			
Cooperação com órgãos externos ao IFCE			

*Quando é possível aos usuários tomar itens emprestados em qualquer biblioteca do IFCE.

2. A promoção de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE poderia melhorar a eficiência dos serviços informacionais oferecidos à comunidade acadêmica? Como?

3. Há ações planejadas em nível estratégico que intentam promover a cooperação entre a biblioteca deste *campus* e outras bibliotecas do IFCE? Quais?

4. Quais as limitações e oportunidades de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE?

Muito obrigada!!

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2
QUESTIONÁRIO 2 – DIRETORES DE ENSINO

Prezado(a) Diretor(a),

Estou desenvolvendo uma pesquisa em nível de mestrado que visa a identificar, com base na percepção dos gestores do IFCE, os limites e oportunidades para ensejar ações cooperativas entre bibliotecas. Agradeço desde já a sua participação neste estudo, ressaltando que todas as respostas serão tratadas na mais estrita confidência e que estará garantido o seu anonimato. Qualquer dúvida, por favor, contate-me: ligia@ifce.edu.br

1. A promoção de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE poderia melhorar a eficiência dos serviços informacionais oferecidos à comunidade acadêmica? Como?

2. Há ações planejadas em nível estratégico que intentam promover a cooperação entre a biblioteca deste *campus* e outras bibliotecas do IFCE? Quais?

3. Quais as limitações e oportunidades de trabalhos cooperativos entre as bibliotecas do IFCE?

Muito obrigada!!